

SESSÕES DO PLENÁRIO

87ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 22 de outubro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem, deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, queria solicitar uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria, primeiro, ponderar com os deputados da Casa para que a gente pudesse... Hoje é um dia em que estamos aqui para votar o PPA, que é, sem dúvida alguma, um plano importante para se pensar o desenvolvimento do Estado da Bahia.

E há uma regra nesta Casa, que não é regimental...

A Sr.^a Olívia Santana: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) mas é algo que já usamos aqui, deputado Tiago, que é só se pedir verificação de quórum após o Pequeno Expediente, para que assim todos os deputados tenham a oportunidade de falar. E também é o tempo necessário para que os deputados possam se deslocar até aqui. Então eu queria pedir uma ponderação a V. Ex.^a, para que deixasse essa solicitação de verificação de quórum a partir do final do Pequeno Expediente.

Mas, independentemente disso, eu peço a todos deputados e deputadas que estão nos seus gabinetes a se fazerem presentes, para que a gente possa atender à solicitação de verificação de quórum formulada pelo deputado Tiago Correia.

Ao tempo em que volto a insistir com o deputado para que a gente mantenha essa regra na Casa de só pedir verificação de quórum após o Pequeno Expediente ou, pelo menos, 30 minutos depois do início da sessão. Digo isso porque a gente tem uma combinação aqui – que ficou até de ser posta no Regimento, Sr. Presidente, não sei se foi colocada – de que os pedidos de verificação de quórum só poderiam ser feitos de 30 em 30 minutos. Se é assim, a primeira verificação de quórum deveria acontecer aos 30 minutos do início da sessão.

Queria verificar com V. Ex.^a, porque combinamos isso e acertamos que seria incluído no Regimento. Se isso foi aprovado, a primeira verificação de quórum tem de ser 30 minutos após o início da sessão, senão estaríamos ferindo o que aprovamos aqui.

Então, eu queria que V. Ex.^a indeferisse a questão de ordem atendendo ao que aprovamos, ou seja, que os pedidos de verificação de quórum seriam de 30 em 30 minutos. Sendo assim, a primeira verificação de quórum deveria ser depois dos primeiros 30 minutos de sessão – e não agora –, para desse modo se evitar a utilização do Regimento. E eu queria ponderar, deputado Tiago, já que o entendimento é de ser de 30 em 30 minutos.

Aprovamos aqui, repito, que seria colocado no Regimento que as verificações de quórum aconteceriam de 30 em 30 minutos. E temos cumprido isso. Então eu entendo que a primeira verificação de quórum deve se dar aos 30 minutos da abertura da sessão, senão nós estaríamos ferindo o Regimento.

Eu queria ver se V. Ex.^a tinha esse entendimento e qual é o entendimento da Mesa da Casa, da Presidência da Casa. Se a Presidência entender diferente, eu gostaria que marcasse os 15 minutos e chamasse nominalmente cada deputado para que a gente possa atender a uma verificação de quórum antirregimental, na minha opinião, solicitada pelo deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^{as} serão atendidos.

Peço que zerem o painel e marquem os 15 minutos.

Deputado Rosemberg, a nossa conversa ainda não se traduziu em mudanças no Regimento. Mas é necessário que coloquemos todas essas questões para que, no futuro, situações como essa, de fato, sejam decididas de acordo com o Regimento.

O nosso Regimento permite, hoje, que o deputado peça a verificação de quórum em qualquer momento da sessão. Ficou acertado que a segunda verificação de quórum só seria aceita depois que transcorressem 30 minutos, mas nós não tratamos disso. Existe somente um pré-acordo, com o qual só começaríamos a pedir verificações de quórum a partir do encerramento do Pequeno Expediente.

Mas acho que seria bom nós sentarmos para definir isso. Já tem uma comissão aqui na Casa que quer fazer alguns ajustes para atualizarmos o nosso Regimento Interno. Acho positivo e interessante fazermos essas alterações, até porque o nosso Regimento é da década de 80. Então há uma série de imperfeições para a nossa realidade atual. Hoje, por exemplo, o nosso painel é eletrônico e temos algumas situações que necessitam de ajustes. E também precisamos normatizar o uso e os costumes que temos aqui como prática. Acho que seria interessante colocarmos esses procedimentos no papel, para que se tornem, de fato, leis.

Antes de passar a palavra para a deputada Olívia, convido todos os deputados que estejam em quaisquer das dependências deste Poder para que se façam presentes ao plenário, pois há uma solicitação de verificação de quórum formulada pelos deputados Rosemberg Pinto e Tiago Correia.

Convido todos os deputados que estejam em quaisquer das dependências deste Poder para que se façam presentes ao plenário.

Pela ordem, deputada Olívia Santana.

Antes, deputada, eu queria aproveitar, já que está aqui ao nosso lado o prezado amigo Fabrício Falcão, deputado extremamente atuante lá da nossa querida Vitória da Conquista, que hoje está comemorando mais um ano de vida. Gostaria de parabenizá-lo, deputado Fabrício Falcão, em nosso nome e em nome de toda a Casa. É uma satisfação enorme tê-lo como parceiro e como colega de Mesa Diretora. (Palmas)

E também está aniversariando hoje a deputada Fabíola Mansur. Os efes estão todos de parabéns. Fico muito feliz por estarmos comemorando... Fabrício acaba de me confessar que todos estão convidados, mas ele ainda não sabe onde vai fazer uma grande festividade. Vamos comemorar, sim, esta data tão importante.

Com a palavra a minha querida amiga Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: Sr. Presidente, antes de mais nada, gostaria de fazer um apelo aos nossos colegas deputados para que venham ao Plenário, pois temos votações importantes a realizar hoje.

Segundo, eu gostaria de fazer uma solicitação à Bancada da Oposição. Já fui de oposição e sei o que significa derrubar sessões, entretanto eu nunca vi se derrubar ainda no Pequeno Expediente, que é o horário usado por todos os parlamentares, tanto do Governo quanto da Oposição. Outra coisa é derrubar a sessão na hora de votar projetos do governo; aí a Oposição, democraticamente, tem o direito de interferir, de derrubar, de usar os mecanismos que ela dispõe no sentido de se apresentar como força opositora.

Entretanto, acho que não é bom que a gente desconsidere a importância do Pequeno Expediente, até porque é o único espaço que nós temos – quem não exerce a

Liderança – para dar ciência à Casa e à imprensa dos temas que consideramos importantes para a vida da população.

Presidente, neste esforço para que esta sessão se realize, para que seja garantida, eu quero fazer um apelo aos colegas para que haja um maior engajamento dos homens. Temos nesta Casa 53 deputados e 10 deputadas, então nós precisamos de um maior envolvimento masculino na luta contra os feminicídios, contra o assassinato de mulheres por razões de gênero.

Agora, em Salvador, aconteceu um crime terrível de feminicídio contra uma dona de casa, a Sr.^a Suzi Oliveira Bonfim, de apenas 50 anos, que foi assassinada na madrugada do domingo, na localidade de Bate Coração, ali em Paripe. Foi assassinada pelo ex-companheiro – não posso nem chamar de companheiro –, pelo seu algoz, um ex-marido que não aceitava o fim da relação. Por isso, foi lá e assassinou de maneira covarde a sua ex-companheira.

Ontem à noite, Jaguaciara Santos e Santos, uma jovem de apenas 36 anos, foi esfaqueada num quarto de motel, ali na Avenida Barros Reis, também em Salvador. Não é possível! Isso foi ontem à noite, segunda, dia 21. E o suspeito também é ex-companheiro da vítima.

Faço, inclusive, um apelo à bancada religiosa. É preciso parar com isso. Estamos em pleno século XXI, não é mais possível ver mulheres sendo assassinadas, mortas, perdendo suas vidas por conta do machismo dessa ideologia patriarcal. Apelo à bancada religiosa porque a religião tem um papel importante. Por um lado, de assegurar esses dogmas – que não são bons para o avanço da sociedade, pois alimentam essa ideia de superioridade do homem em relação à mulher –, por outro, barrando que o sistema educacional oriente, eduque os homens para serem menos machistas, e eduque as mulheres para saberem se libertar de relações doentias, machistas, opressoras, que podem levá-las a essa situação de perda de suas vidas.

Portanto, é muito importante, independente – independente! – da concepção ideológica de qualquer um aqui...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que todos se unam na luta por medidas efetivas.

Finalizando, também faço um apelo ao Judiciário para que julgue os casos de violência contra as mulheres, que estão abarrotando as varas sem nenhum julgamento. Isso também é uma forma de autorizar que esses crimes continuem acontecendo.

É preciso dar um basta à violência contra a mulher! É preciso dizer “sim” à vida das mulheres! Nós precisamos viver em igualdade com os homens....

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Para isso, é preciso que a sociedade se levante de maneira unitária em defesa do princípio da vida, contra toda forma de opressão, contra o machismo e contra esse patriarcado nefasto que continua a ceifar a vida das mulheres apenas porque são mulheres.

Obrigada por sua tolerância, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Eu queria convocar todos os deputados da Casa, tendo em vista que há um pedido de verificação de quórum e faltam três deputados aqui para não deixarmos cair a sessão.

Faço um apelo para que os deputados da Base do Governo venham à sessão para garantirmos o quórum e a sua continuidade.

Sr. Presidente, eu queria também chamar a atenção da Casa para a administração do município de Gentio do Ouro, que é, sem dúvida, uma das piores de todos os tempos. Falta organização, falta investimento, falta desenvolvimento, falta preparo, falta planejamento, falta atenção e, acima de tudo, faltam o respeito, o amor e o compromisso com o povo daquela terra.

Na campanha passada foi prometido, em palanque político, que seria construído um novo hospital com raios x, ultrassom, centro cirúrgico e vários médicos especialistas. Mas nada até agora, só promessa eleitoreira. O único campo de futebol da sede foi destruído para reforma e ampliação de um estádio que nunca existiu. Se depender da gestão atual, também não existirá.

No quesito de superfaturamento, a gestão atual é campeã. Pasmem, deputados e deputadas, a construção de um muro de aproximadamente 450 metros quadrados, deputada Olívia, custou R\$ 210 mil, ou seja, quase R\$ 500,00 o metro quadrado de muro de bloco. Isso acontece em Gentio do Ouro.

Uma praça simples, a Praça da Bíblia, custou R\$ 234 mil. A reforma de uma quadra poliesportiva custou R\$ 159 mil; a reforma de uma pracinha ao lado da igreja foi no valor de R\$ 100 mil. Mas aqui é que é de lascar: a construção de uma sala de 6 metros por 7 metros custou ao povo de Gentio do Ouro a bagatela de R\$ 205 mil! Uma sala de 42 metros quadrados custou isso tudo.

Na gestão anterior o transporte escolar custava R\$ 55 mil por mês; agora passou para R\$ 126 mil. A prefeitura locou três carros – cada um por R\$ 40 mil ao mês – para o transporte alternativo. Imaginem, R\$ 120 mil por mês para locação de três carros para transportar o povo de Gentio do Ouro.

Outro contrato que chama muito a atenção é o de um escritório de advocacia da capital. Esse escritório custa mais de R\$ 880 mil por mês e a sua principal ação, entre outras, é retirar direitos adquiridos pelos servidores daquele município.

Fica aqui o nosso repúdio. Vou fazer uma representação ao Ministério Público para que ele averigue esse descaso que está acontecendo em Gentio do Ouro.

E agora peço mais uma vez aos deputados da base que venham para o plenário. O tempo já está acabando e precisamos da presença de todos para podermos votar o PPA, que é uma matéria importante. Precisamos da presença de todos e todas – Fabíola, Euclides, Jânio Natal, Zé Cocá, Vitor Bonfim – aqui neste plenário para que esta sessão não caia e assim possamos dar prosseguimento aos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Temos o quórum restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Mirela Macedo comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente na Sessão do dia 15/10/2019, conforme atestado apresentado.

Do Deputado Diego Coronel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 15 e 16/10/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Temos aqui, subscrito por 21 Srs. Deputados, o seguinte requerimento: (lê) *“Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:*

O Projeto de Lei nº 23.488/2019, de Autoria do Poder Executivo, que Institui o Plano Plurianual Participativo-PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2020-2023.

O Projeto de Lei nº 23.489/2019, de Autoria do Poder Executivo, que Altera a Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001, e dá outras providências.”

Defiro o requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra a deputada Olívia Santana, primeira oradora do Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, quero aqui saudar a importância desta sessão em que o PPA será apreciado.

Mas eu quero – dando seguimento a minha fala, quando solicitei uma questão de ordem – destacar a importância de um alerta à nossa sociedade, à cidade de Salvador e a todos os municípios baianos, em relação a essa situação absurda da violência contra as mulheres.

Já tivemos mais de 18 mil casos de violência denunciados. Foram exatamente 18.253 denúncias de violências contra as mulheres. Somente no primeiro semestre deste ano nós tivemos 48 feminicídios. São mulheres que estão perdendo a vida por conta de não poderem exercer o direito sobre si mesmas, a sua integridade física, a sua integridade psicológica, o seu direito patrimonial. Enfim, são múltiplas as violações.

Saúdo campanhas como a da Secretaria de Política para as Mulheres, mas não podemos imaginar que somente elas serão suficientes. Se há o crescimento dos casos de feminicídio e de outras violências, é evidente que mais medidas precisam ser tomadas – medidas estruturantes, medidas que vão à raiz do problema.

É um quadro muito triste. Eu me sinto impactada ao saber que uma mulher negra, uma mulher pobre, de apenas 50 anos de idade, perdeu sua vida ali em Paripe. Destaco que 63% das mulheres que morrem vítimas de feminicídio são mulheres negras. Precisamos desbanalizar esse tipo de morte, esse tipo de situação. Não podemos continuar tratando como se nada fosse. As mulheres estão morrendo como se fossem ratos, como se fossem baratas.

São apenas estatísticas. Não são! Por trás dessas estatísticas, além desse ser humano que se foi, há famílias destroçadas, destruídas. Existe uma grande diversidade de crianças órfãs, de crianças que perderam suas mães e estão vendo seus pais virarem assassinos. Elas também são vítimas, mas não têm visibilidade, não vêm a cena, não vêm à luz do sol, e assim não se discute a situação em que se encontram.

As pessoas precisam discutir isso também, porque esse é um grave problema social. Como é que vai ficar essa menina de 14 anos, filha dessa mulher assassinada pelo ex-companheiro, pelo ex-marido? Na verdade, não é companheiro, temos de mudar esse termo; devemos chamá-lo de algoz, de assassino.

Então é preciso haver, de fato, medidas mais efetivas. Precisamos de uma educação para a eliminação das desigualdades de gênero. Não são as feministas que estão trazendo ideologia de gênero. É a ideologia de gênero, criada numa sociedade patriarcal, que cria esses monstros, que cria esses fenômenos absurdos. E nós não podemos continuar convivendo com eles. Precisamos dar um basta no feminicídio, dar um basta nessas formas de violência contra as mulheres.

Só uma educação para a igualdade entre homens e mulheres pode ajudar a superar essa situação. Não adianta lidar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) somente com o efeito, com o crime quando ele já aconteceu. Não tem mais o que fazer. É preciso lidar com a base, com a raiz do fenômeno.

Quero apelar para que não fiquemos apenas nos projetos que apresentamos aqui; é preciso que assumamos uma atitude em defesa de um fundo. E aí faço um apelo ao governador Rui Costa para a criação de um fundo de apoio à mulher...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) em situação de violência, de combate à violência contra as mulheres. Não vamos resolver isso sem dinheiro, sem recurso, sem financiamento...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada...

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) E faço um apelo a esta Casa pela nossa sessão de aprovação dos projetos de lei que possam ajudar a melhorar a situação de vida das mulheres. Eles tramitam, mas até hoje não foram votados.

É isso. Obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o Capitão Alden pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, a Sr.^a Deputada Olívia Santana solicitou a atenção dos digníssimos deputados para a apreciação dos projetos que versam sobre a proteção das mulheres. Mas não nos esqueçamos de que votamos aqui, há não menos de 1 mês, o Fundo Estadual de Segurança Pública. E nele estariam previstos, assim como o Fundo Nacional de Segurança Pública, os recursos necessários para investimentos em programas de proteção a vítimas, a testemunhas e, especialmente, a mulheres. Só que esta Casa,

simplesmente, não incluiu uma ementa que eu apresentei ao projeto. Simplesmente passou ao largo, nem avaliou esse meu projeto de emenda a esse projeto do Fundo Estadual. Se tivéssemos aprovado, com certeza, V. Ex.^a teria hoje aí no Fundo, também recursos para auxiliar nesse projeto que a senhora acabou de falar aqui.

Bom, o que me traz aqui, no dia de hoje, é simplesmente mais uma vez... Eu tenho que retornar a esta Casa para demonstrar o descompromisso, a falta de compromisso da prefeita Moema Gramacho, do município de Lauro de Freitas, com a segurança pública municipal.

Hoje pela manhã, estive na 5ª Vara, na 5ª Comarca do Ministério Público de Lauro de Freitas mantendo contato com a promotora local, Patrícia Mattos, onde eu recebi informação da promotora de que um guarda civil municipal simplesmente, no dia 8/10/2019, às 18h, recebeu uma ordem da prefeita Moema Gramacho para deslocar viaturas a fim de realizar o patrulhamento de prédios públicos no dia 8/10.

No dia 08/10, para os senhores que não estão lembrando, ou que não lembrarem, foi o dia do movimento paredista, o início do movimento paredista da Polícia Militar. Aí a prefeita Moema Gramacho ligou para a Guarda Civil Municipal, solicitando que a guarda enviasse seus prepostos para garantir a segurança dos munícipes de Lauro de Freitas. E a prefeita esqueceu que ela mesma não vai renovar o convênio autorizando os guardas civis municipais a portarem arma de fogo. Ao contrário do que ela deveria ter feito, investido no Guarda Civil Municipal, contratou uma empresa de vigilância patrimonial por R\$ 6 milhões/ano.

O que aconteceu? A prefeita mandou que viaturas da Guarda Municipal realizassem o patrulhamento das principais vias do município de Lauro de Freitas. Os guardas civis municipais fizeram o quê? Denegaram a ordem, não cumpriram a ordem da prefeita. E o que foi que a prefeita fez? Abriu um processo sumário disciplinar, para apurar a conduta dos guardas civis municipais que estavam desarmados para, simplesmente, fazerem um serviço para o qual eles não estavam preparados, sem o equipamento, especialmente, arma de fogo.

Então, vai ficar aqui a cópia para os Anais da Casa, a cópia do processo em que a prefeita abre processo disciplinar sumário, para aferir, para apurar a conduta dos agentes da Guarda Civil Municipal por desobediência, quando a própria prefeita está descumprindo várias leis, dentre elas a Lei n.º 13.022, que impõe o dever ao município de investir nas guardas, de capacitar os seus guardas civis municipais. E a promotora me disse mais um absurdo: que a prefeita Moema Gramacho não tinha interesse de, no dia 27 de outubro, renovar o convênio com a Polícia Federal, porque não acredita no potencial dos agentes municipais.

Ela acredita que eles são despreparados para portarem arma de fogo. E aí, fica a pergunta: cadê a capacitação dos guardas? Cadê o treinamento? Cadê a aquisição dos equipamentos indispensáveis para que eles possam exercer a sua atividade? E o que é pior: a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) até hoje não criou o Plano Municipal de Segurança, não criou o Conselho Municipal de Segurança. E pior: não tem nem mesmo o Fundo Municipal de Segurança,

que o habilitaria a arrecadar recursos federais para investimento nesse setor de segurança pública municipal.

Fica aqui, mais uma vez, o nosso repúdio à prefeita Moema Gramacho que tem colocado não somente os guardas em risco, mas também a sua população.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Pastor Tom.

O Sr. PASTOR TOM: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, imprensa, internautas que nos acompanham, no dia de hoje eu quero usar esta tribuna para trazer um assunto que eu acho de grande importância para esta Casa e para o povo da Bahia. E vou falar especificamente de Feira de Santana.

Nesses últimos dias, lá em Feira de Santana, teve muito homicídio, muito assalto, uma falta de segurança nos quatro cantos da cidade. E eu comecei a fazer uma pesquisa e vi que, nos últimos 10 anos, o efetivo da polícia é o mesmo de 10 anos atrás.

Eu também fiz um estudo e comparações e vi que a quantidade de viaturas são as mesmas de 10 anos atrás. E tem mais: aconteceu nos dois últimos concursos da Polícia Militar, nos quais o governo formou alguns policiais militares. Quero deixar bem claro, meu amigo Robinson, deputado Robinson, que nenhum desses policiais ficou na cidade de Feira de Santana.

Eu vou começar a pontuar o descaso do governo do estado com Feira de Santana. Ele pode até trabalhar nos 416 municípios, mas Feira de Santana o governo esqueceu. Mas vamos lá!

Eu quero dizer também que existem duas companhias, deputado Sandro Régis, que têm a sua comunicação digital e duas companhias que têm a sua comunicação analógica. O que é isso? O assalto que está acontecendo num bairro, o policial que está na outra companhia não consegue ter essa interlocução, não consegue se comunicar, porque o sistema de comunicação da Polícia Militar de Feira de Santana é uma negação. E provo o que estou falando.

Só para o senhor ter uma ideia, o SISCOM/PM, em Feira de Santana, está funcionando no 1º BEIC, dentro de uma sala de aula. Esse é o descaso. É falta de trabalho dos policiais militares? Não, não é falta. Mas aqui estou comprovando e queria a sua ajuda.

E tem mais, e tem mais. Eu preciso falar isso aqui: as companhias de polícia têm o estudo, e todas as companhias de Feira de Santana estão com déficit, no mínimo, de 100 policiais, cada companhia da Polícia Militar.

Como é que essa polícia vai combater a marginalidade? Porque não tem efetivo suficiente. Não tem equipamento suficiente.

Olha, é uma vergonha! A segunda maior cidade da Bahia tem um sistema de comunicação falido. Tem um sistema de comunicação horrível! Terrível! Não consegue uma viatura de uma companhia para se comunicar com a outra, porque está faltando investimento em uma torre de comunicação da própria polícia. Está faltando

investimento para organizar os atendimentos das ligações do 190. Atender numa sala de aula? Isso é uma vergonha! Isso é uma excrescência!

Houve esse movimento que aconteceu agora, eu não quero aqui entrar nesse detalhe. E quando você vai ver no fundo do profundo, do profundo, você vê que os policiais estão sofrendo mesmo por falta de apoio, por falta de equipamento, por falta de preparação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque acontece o concurso público e não fica nenhum policial em Feira de Santana. As companhias estão necessitando de policiais militares. A SISCOP é uma central de comunicação falida. Tem um assalto em Feira de Santana e a outra companhia fica sem saber porque não existe investimento nessa área.

Então quero apelar para esta Casa, para esse grande líder, deputado Rosemberg, e para o deputado Robinson, que teve uma votação muito expressiva na cidade de Feira de Santana, que venham nos ajudar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nesse processo. O povo de Feira espera por sua ajuda.

Só para concluir, deputado querido Adolfo Menezes, quero concluir as minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que posso todas as coisas naquele que me fortalece que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da Tribo de Judá. Oh, glória!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pelo tempo de 5 minutos, a deputada Ivana, futura presidente da Unale daqui a poucos dias.

(A deputada Ivana Bastos se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Futura. Não, futura próxima.

A Sr.^a IVANA BASTOS: Meu caro presidente, Srs. Deputados, imprensa aqui presente. Eu gostaria de registrar que no dia de ontem, em Brasília, nós registramos a chapa da nossa eleição, na Unale, com o meu nome, por unanimidade, para presidente, o deputado Welington, de São Paulo, para vice-presidente. E eu espero poder contar com os deputados aqui da Bahia, nos dias 20, 21 e 22, na nossa conferência. Será a Conferência Nacional de Deputados Estaduais que será aqui na Bahia. Espero poder contar com todos. Estão aí no site as inscrições. É preciso que a gente faça, tantos os servidores dessa Casa como os deputados, que façam a inscrição.

E eu venho aqui, presidente, comunicar aos colegas, especialmente, aos que como eu também estão engajados nesta luta por encontrar soluções ao transporte alternativo complementar no estado, que ingressamos no dia 16/10, com um projeto de lei que propõe mudanças na Lei nº 11.378 de 18 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre organização, planejamento, fiscalização e poder de polícia do sistema de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do estado da Bahia.

(Lê) “Basicamente, estamos propondo uma medida transitória que não consta na lei atual. Nós já temos em vários estados essa medida, permitindo que o poder público possa, até 31 de dezembro de 2022, outorgar os serviços do sistema de transporte

intermunicipal complementar sob o regime de autorização prévia do poder público, sempre a título precário.

O regime de autorização prévia do poder público a título precário permite que o estado possa conceder o serviço sem licitação, mas com plena observância dos critérios de segurança para os usuários e prestadores.

O prazo máximo desta autorização do poder público seria até 31 de dezembro de 2022, data limite para realização do processo geral de licitação de todo sistema de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do estado da Bahia - SRI.

O projeto de lei prevê ainda regulamentação da lei pelo estado, de modo a definir os critérios e princípios de prestação adequada do serviço às necessidades do usuário, de ordem técnica e segurança, e condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Essa proposta tem o objetivo de colaborar com o debate para encontrar soluções ao momento difícil que o transporte complementar enfrenta e que o projeto de lei está sendo enviado aos deputados e entidades da sociedade para colaborações e alterações.”

Gostaria, aqui, também, de deixar o meu abraço ao amigo, ao deputado Fabrício Falcão, aniversariante do dia, desejar um feliz aniversário, saúde, paz. Também cumprimentar a minha amiga, a minha irmã, a deputada Fabíola Mansur, também aniversariante do dia, que Deus possa proteger vocês com muita saúde, muita paz e que tudo que a vida puder oferecer de bom para vocês, pode ter certeza que ofereço aqui do meu coração.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 2 minutos, se interessar, o deputado Tiago.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, colegas, servidores desta Casa, imprensa que nos acompanha. Sr. Presidente, queria, aqui, parabenizar a Prefeitura Municipal de Salvador, em especial a Limpurb pelo trabalho de excelência que vem fazendo na remoção das manchas de óleo nas praias da nossa capital, serviço esse que vem sendo elogiado por diversos veículos de comunicação – foi capa da *Folha de São Paulo*. Diversos órgãos que militam na área do meio ambiente têm elogiado a ação efetiva da prefeitura que iniciou o monitoramento da chegada desse óleo com apenas 80 homens e, de pronto, elevou esse efetivo para 280 homens, sendo que já tem mais 200 homens de prontidão.

E Salvador foi a única cidade do Nordeste onde nenhuma grande mancha de óleo passou de um dia para o outro sem ser retirada da praia. Inclusive, a destinação desse material recolhido tem sido feita, a sua acomodação de uma forma correta, recebendo elogios dos órgãos de controle, o Ibama, para depois ser destinado o final desse material, mas até então esse material está acondicionado da maneira como deveria, diferentemente de outras cidades que não estão conseguindo ainda nem acondicionar de maneira correta o material, muito menos retirá-lo das areias das praias.

Muitos quilômetros de praia do nosso estado ainda não foram vistoriados.

Então, queria dizer que encaminhei um projeto de indicação ao prefeito ACM Neto, hoje, para que ele crie um grupo de trabalho, convidando todos os prefeitos dos municípios atingidos, para que possam, junto com a equipe da Prefeitura Municipal do Salvador, entender o mecanismo de limpeza, entender como está sendo feito esse monitoramento a fim de que essas ações possam ser replicadas nos demais municípios. Cobrar uma ação mais efetiva do governo do estado, que disse que ia trazer 5 mil voluntários para fazer a limpeza das praias e esses 5 mil voluntários não apareceram. Pedi que o governo, inclusive, ofereça EPI's, materiais que favoreçam a segurança mínima das pessoas que estão fazendo essas coletas pelo interior do nosso estado, nas cidades de praia fora da nossa capital, inclusive entendendo que podem ser contaminadas.

Então, pedimos uma ação mais efetiva do governo do estado. Não é hora de tentar descobrir de onde veio o óleo, não é hora de tentar descobrir de quem é a responsabilidade. É hora de agir! E é isso que o prefeito ACM Neto, junto com a equipe da Limpurb, vem fazendo. Então, tenho que parabenizar toda a equipe da Limpurb, o presidente da Limpurb, Marcos Passos, que está de prontidão 24 horas com as equipes nas praias.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Basta dizer que na praia da Pituba, apenas em um momento existiam 80 agentes fazendo a coleta das pelotas de óleo. É importante transmitir toda essa expertise, é importante transmitir todo esse conhecimento para que as demais prefeituras possam atuar, minimizando os impactos ambientais e deixando de lado as nossas vaidades nesse momento, entendendo que o mais importante é defender o meio ambiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Hilton Coelho: Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Comunicação inadiável, deputado Hilton Coelho. Logo em seguida, o deputado Jacó, no Grande Expediente.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, demais deputados, deputadas, pessoas da imprensa que se encontram aqui, aqueles que nos acompanham pela *TV ALBA*, nós queremos regimentalmente utilizar esse tempo para comunicar o nascimento da minha filha Maria Flor...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Parabéns, uma data especial.

O Sr. Hilton Coelho: (...) uma segunda herdeira que, nesse momento tão tenso do país, nos traz uma alegria enorme e renova as nossas esperanças de que nós podemos, com gente que já vai nascendo, nesse clima de que é preciso lutar muito, não é, deputada Fátima, e estamos sendo inspirados com essa experiência toda, contribuir para mudar os rumos do nosso país.

Então, queria fazer esse registro oficial aqui, e dizer que essa tarde para nós vai ser uma tarde de falas em relação aos diversos aspectos da vida política da Bahia e do Brasil, claro em relação a esse desastre ambiental que aconteceu. E, claro, o nosso debate sobre o PPA.

Muito obrigado, Sr. Presidente, eu queria que ficasse registrado nos Anais da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Parabéns, deputado Hilton.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente. Com a palavra o deputado Jacó pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, reconhecendo a importância do nascimento da filha do nosso colega Hilton Coelho, a quem parabenizo, gostaria de pedir uma verificação de quórum para que ele possa talvez visitar a filha dele, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já tem meia hora?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não tem meia hora ainda.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu gostei da questão de ordem do deputado, já está no Regimento da Casa. Não tem 30 minutos, não, deputado. Quando completar meia hora, V. Ex.^a solicita.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente, com a palavra o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, o pessoal da tribuna, o pessoal da imprensa, o pessoal do cafezinho, da Taquigrafia, pessoal da Segurança, pessoal desta Casa. Inicialmente, Sr. Presidente, eu quero desejar um Feliz Aniversário para o nosso colega Fabrício. Vida longa, deputado, muita paz e saúde, boa sorte na sua caminhada. E quero também desejar boa sorte ao nosso querido amigo deputado Hilton pelo nascimento da sua filha, muito bom para a sua família, desejo que ela tenha muita saúde e que a vossa família possa aproveitar e curtir, porque ser pai é algo maravilhoso. Parabéns. E vamos beber esse mijo aí a qualquer hora.

Queria também parabenizar e agradecer a visita que eu estou recebendo no meu gabinete, Sr. Presidente, dos vereadores Tertinho e Luciano, do município de Irecê. Muito obrigado, Tertinho, vereador Tertinho, vereador Luciano pela presença, pela visita, dois grandes vereadores daquela terra.

Queria também saudar o secretário de Agricultura do município de Irecê, o companheiro Borisco. Muito obrigado, Borisco, pela sua visita. E queria saudar também o subsecretário do governo de Irecê, do prefeito Elmo, companheiro Celso Camboim. Agradeço a visita de vocês, o carinho, a atenção e daqui a pouco eu vou aí para a gente bater um dedo de prosa.

Deputado Robinson, eu queria que V. Ex.^a me assessorasse, botasse uma foto dessa para sair na *TV ALBA*, porque retrata o descaso que nós estamos vivendo aqui na Bahia, com esse desgoverno que tanto mal faz ao nosso povo e que tanto mal faz ao nosso meio ambiente.

Mas, Sr. Presidente, colegas deputados, a Bahia faz uma verdadeira revolução no desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar.

(Lê): “Senhoras deputadas e senhores deputados, apesar do cenário de completa destruição, por parte do governo federal, das políticas públicas, programas e projetos voltados para a inclusão produtiva, o desenvolvimento rural e o fortalecimento da agricultura familiar, vivemos na Bahia um momento de muito trabalho, de muito sebo nas canelas, de muita correria.

Mesmo com a completa ausência do governo federal que não financia mais nem na Bahia, nem no Brasil, os serviços de assistência técnica, cisternas de captação de água da chuva, construção de agroindústrias ou qualquer outra ação que beneficie a agricultura familiar, a Bahia teve que organizar as instituições, reforçar o orçamento, ter criatividade para manter as coisas funcionando e levar benefícios para a agricultura familiar. Hoje, a Bahia é reconhecida com uma referência, pois manteve funcionando as estruturas e as políticas, apesar dos golpes”.

Queria aqui, inicialmente, saudar o nosso governador Rui Costa, o secretário Josias e toda a sua equipe da SDR, mas queria saudar, de uma forma muito especial, o meu amigo, companheiro, Ivan Fontes; o meu amigo, companheiro, Wilson Dias, que estão na Infraestrutura – Wilson Dias é o diretor da CAR, Ivan Fontes é um técnico extraordinário –, e eu agradeço muito ter a amizade, o carinho desses companheiros.

(Lê) “Ter uma agricultura familiar forte é sinal de comida na mesa, geração de emprego e renda, paz no campo e bom funcionamento da economia e um desenvolvimento sustentável.

A Bahia é diversa, minha gente, e tipicamente rural. Possui o maior número de agricultores familiares do país, tendo mais de 700 mil de propriedades rurais. Além disso, mais de 90% dos municípios baianos possuem população abaixo de 50 mil habitantes, possuindo características rurais. Neste sentido, podemos afirmar que o estado da Bahia é um estado rural. A Bahia é rural e se o campo não planta, a cidade não janta. Assim sendo, fica evidenciada a necessidade de políticas e ações consistentes para o desenvolvimento do nosso campo.

Cada vez mais a sociedade passa a cuidar melhor de sua alimentação. Para além de uma onda passageira ou modismo, todos desejam consumir um alimento saudável e sustentável. Longe de agrotóxicos, longe dos venenos, porque veneno mata. Seja pelo bem-estar pessoal, seja pela preocupação com a sustentabilidade das futuras gerações.”

E é correta essa preocupação, porque os nossos rios, os nossos mananciais estão sendo todos contaminados pelo uso indiscriminado e abusivo de agrotóxicos.

Só esse ano o desgoverno que aí está já liberou mais de 300 novos agrotóxicos.

E você que está me vendo em sua casa, você está consumindo veneno nos alimentos que você come, na sua salada, na sua alface, no seu pimentão, na sua

batatinha, tudo isso está contaminado com veneno e depois vêm as doenças e a gente precisa se preocupar com isso.

(Lê) “Para atender a essa demanda, o governo do estado vem implementando uma intervenção consistente e organizada visando ao fortalecimento da agricultura familiar da Bahia, uma das principais forças econômicas do desenvolvimento baiano. O segmento é responsável por, aproximadamente, 77% dos alimentos que chegam à mesa dos baianos, produzidos com qualidade, origem, respeito e preservação ao meio ambiente.

O governo Rui Costa acertou ao tomar a decisão, com a aprovação dessa Casa Legislativa, de criar a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

A SDR, desde 2015, já aplicou mais de R\$ 1,5 bilhão em investimentos e custeio de políticas e ações de fomento à agricultura familiar, por meio de iniciativas como a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), implantação de agroindústrias para processar e agregar valor aos produtos da agricultura familiar, além de ações de comercialização para escoamento da produção e acesso ao mercado; distribuição de mudas frutíferas; palma forrageira para a segurança alimentar do rebanho, somando-se à regularização fundiária.

De acordo com o último Censo Agropecuário (2017), a agricultura familiar é a base da economia...” – deputado Marcelino Galo – “(...) de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Isso é um dado importante. A economia de 90% dos municípios da Bahia e do Brasil vem da agricultura familiar dos municípios com até 20 mil habitantes. Na Bahia, isso representa 239 municípios, o equivalente a 57,31%.

A partir dos investimentos da SDR, está sendo possível, minha gente, integrar ações, utilizando-se os sistemas produtivos que têm a agricultura familiar como protagonista, a exemplo da bovinocultura de leite, da fruticultura, da cacauicultura, da ovinocaprinoicultura, da mandiocultura, da apicultura, dentre outros.

Segundo dados do IBGE, atualmente a Bahia é o maior produtor de amêndoas de cacau e de rebanhos de caprinos e ovinos, o quinto maior produtor de mandioca, o sétimo maior produtor de leite e se destaca ainda na produção de frutas, além de se destacar na produção de oleaginosas como mamona, dendê e licuri.

Temos avançado tanto, que na Bahia temos produtos muito especiais e diversos: iogurte de café...” – imagine iogurte de café, galera – “(...) licuri e umbu...” – Imagine você tomar iogurte de café, licuri e umbu. Isso é só da agricultura familiar. “Queijos, cortes especiais de caprino, cervejas...” – das mais diversas como – “(...) de umbu e de licuri, chocolates com alto teor de cacau e sem lactose...” – a exemplo do que é produzido na região de cacau lá, no município de Arataca, lá, com a turma de Joelson, dos povos da Teia. Mas também temos mel, temos própolis, deputada Ivana, temos “(...) farinha de copioba; temos flocão de milho não transgênico; temos cafés especiais da Chapada e gourmet; banana chips; cachaças...” – as mais diversas – “(...) ovos de galinha caipira e muitos outros.

A bebida mais consumida do mundo, o café, cresce em larga escala e, aqui, na Bahia a agricultura familiar tem sido protagonista do desenvolvimento dessa cadeia

produtiva. O estado se destaca pela qualidade dos grãos produzidos em regiões como a Chapada Diamantina, Sudoeste e Oeste.

Uma das importantes estratégias está no apoio às organizações produtivas (cooperativas e associações) da agricultura familiar. Temos muitos bons exemplos que estão dando certo.” E aqui eu quero citar alguns desses exemplos que nos orgulham, deputada Ivana. Nós que militamos e acreditamos no potencial e na força da agricultura familiar, nós que sabemos o quanto a agricultura familiar é importante para o desenvolvimento do nosso estado, para geração de emprego e renda e, acima de tudo, posso citar, aqui, exemplos:

“(…)No município de Ribeira do Pombal, temos a Cooperacaju, que vem recebendo apoio do governo do estado, no valor de R\$ 2,7 milhões. Esta cooperativa conta com 750 cooperados e comercializa amêndoas de castanha de caju naturais, fritas e salgadas. A capacidade instalada de produção é de 110 toneladas de amêndoas beneficiadas.

Em Barra do Choça...” – a região do deputado Marquinhos – “(...) a Cooperbac é outra organização que está recebendo recursos do governo estadual. São investimentos da ordem de R\$ 1,5 milhão, destinados à qualificação da produção de 155 agricultores familiares, que passarão a contar com estrutura, com estufas e despoldadeiras.

No município de Ibicarai, está localizada a primeira fábrica de chocolate da agricultura familiar do Brasil, a Bahia Cacau. Com investimentos do estado, que chegam a R\$ 3,5 milhões, os agricultores familiares começaram a transformar sua matéria-prima em nibs, mel de cacau, licor e chocolate de alto padrão.” E aqui eu quero destacar esse trabalho do cacau que eu conheci em experiências como em Arataca. E eu conheci lá, com Joelson, jovens, deputada Ivana, produzindo. Vi um jovem de 16 anos que foi eleito um dos melhores feitores de chocolate da Bahia. O cacau está abrindo perspectiva de vida para o agricultor familiar, porque a turma está se qualificando, aprendendo a fazer chocolate de qualidade, agregando valor a sua produção e gerando perspectiva de vida para a nossa juventude.

“(…) A Coopap, do município de Pintadas, recebeu apoio recente de R\$ 2,4 milhões para investir na reforma e ampliação de suas instalações. Com esse apoio...” – deputada Fátima Nunes – “(...) vai alcançar novos mercados, a produção vai passar de 800 animais abatidos mensalmente para cerca de 2.000, entre caprinos e ovinos...”, porque nós temos uma demanda gigantesca. Aqui em Salvador mesmo, em quantos locais a gente encontra um bode de qualidade para consumir? Não temos a produção para atender à demanda. E essa experiência da cooperativa Coopap, do município de Pintadas, está revertendo essa situação porque está abatendo os animais e ofertando à sociedade baiana produtos de qualidade.

“(…) E tudo isso não pode ser feito sozinho. O governo do estado tem buscado diálogo qualificado com municípios, consórcios públicos e colegiados territoriais para fortalecer a agricultura familiar. Esta parceria busca dar resposta às demandas locais do desenvolvimento rural.

Apesar de todo esse cenário promissor, estamos vendo a pobreza, minha gente, voltar em nosso estado....” E a fome, fruto desse desgoverno que odeia os mais pobres, odeia os pretos, odeia os agricultores familiares, que odeia os quilombolas, que odeia os ribeirinhos, que odeia os indígenas, “(...) isso é fruto da extinção das políticas públicas de inclusão produtiva, de proteção social, educação e outras igualmente importantes. O IBGE aponta que, já em 2017, havia 18,5% da população baiana pobre e extremamente pobre, ou seja, renda mensal *per capita* menor que R\$ 89,00. E essa pobreza, de forma relativa, está presente no meio rural.

Precisamos avançar. Apesar dos indicadores sociais e econômicos estarem variando agora, viemos de anos muito prósperos, nos quais governo do estado e governo federal caminhavam juntos na transformação da sociedade. Durante os governos Lula e Dilma, a pobreza no campo foi reduzida, as famílias passaram a ter acesso à água, moradia, escola, assistência técnica, políticas de comercialização, o transporte e as estradas melhoraram. No entanto, embora as ações tenham mudado a realidade da vida da população do campo, ainda persistem sinais de vulnerabilidade social e econômica.

Entendemos que um dos elementos necessários para ter o campo com gente e com direitos é democratizar e ampliar o acesso ao conjunto de políticas públicas que melhoram a vida das pessoas e criam oportunidades. Investimentos em infraestrutura, acesso a água, educação, saúde, cultura, comunicação e inclusão produtiva, dentre outras, é uma das nossas bandeiras mais importantes. Estes investimentos são necessários para fortalecer e viabilizar a agricultura familiar no nosso estado.

Para mantermos a Bahia como referência nacional na manutenção e ampliação das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar, esta Casa Legislativa precisa fazer um esforço concentrado, precisa aprovar leis, precisa acompanhar as ações do governo para: ampliar o orçamento disponível para fortalecer as ações de apoio à agricultura familiar.

Igualmente, precisa apoiar na captação de novos acordos de empréstimo com Banco Mundial, FIDA e outros agentes financeiros para reforçar esse orçamento...”

O Sr. Zé Raimundo Lula: Um aparte, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Pois não, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Nobre deputado, eu queria parabenizá-lo, Jacó, por esta bela intervenção, neste Grande Expediente, relatando um quadro geral de progresso, desenvolvimento que a agricultura familiar alcançou no governo Lula, no governo Dilma, que infelizmente agora com o governo Bolsonaro está sofrendo ataques terríveis. E nesse ritmo, também, nos governos Lula e Dilma, a Bahia com Wagner, Rui Costa os dois governos da Bahia fizeram uma grande revolução na agricultura familiar.

Infelizmente estamos vendo todo um retrocesso de corte de programas que ameaça essas conquistas históricas. E para concluir quero chamar atenção para um índice importantíssimo, que foi a diminuição da desigualdade social como resultado das políticas de apoio ao pequeno e médio produtor rural.

Sabemos que a grande parte dos pobres, dos miseráveis, dos esquecidos estavam no campo antes do Lula. Lula conseguiu elevar, mas agora, infelizmente, estão

voltando esses indicadores. Ao mesmo tempo em que a riqueza se concentra, a pobreza aumenta no Brasil e o governo Bolsonaro tem sido o ator principal e responsável por esta aceleração. Claro, já vinha desde Temer, mas daqui para a frente realmente vai exigir de todos nós resistência, capacidade de organização social para resistir a essa ofensiva do capital agrário contra o nosso povo.

Parabéns, portanto, por esta bela intervenção.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Eu agradeço e incorporo ao meu discurso.

Precisamos também dialogar com o Consórcio Nordeste, “(...) que é a melhor experiência de gestão pública em curso no Brasil, para que, também, desenvolva ações conjuntas voltadas para o desenvolvimento rural.

Aprovar nesta Casa nova legislação que facilite a inspeção sanitária da agroindústria familiar e de pequeno porte na Bahia.”

E aqui eu quero chamar atenção da Adab, esse povo da Adab, deputado Marcelino Galo, não tem coração. Êta povo duro, esse povo da Adab! Imaginem vocês, eles não querem liberar, deputada Ivana, um abatedouro de galinha.

No Espírito Santo um agricultor familiar abate sua galinha caipira para levar para a feira para vender, para botar no supermercado. Uma coisa simples que lá tem autorização do órgão de controle, aqui na Bahia não. A Adab não gosta da agricultura familiar, a Adab dificulta o desenvolvimento da agricultura familiar, porque exige plantas grandiosas, caras, que inviabilizam o desenvolvimento da agricultura familiar.

Não é possível que nenhum abatedouro de pequeno porte tenha autorização. Para você matar uma galinha, você tem que ter um banheiro masculino, um banheiro feminino, uma sala de administração, quer dizer, o cabra vai ter que trabalhar para criar galinha a vida toda para pagar a estrutura, vai virar escravo da estrutura. Isso é um absurdo! E esses técnicos da Adab precisam ter responsabilidade, precisam ter consciência e precisam ter compromisso com a agricultura familiar, porque não é possível esse nível de desgaste, esse nível de intransigência com a agricultura familiar.

Nós não podemos comer um bode, porque a Adab não deixa. Nós não podemos ter um ovo caipira, porque a Adab não deixa. Eu não sei que milagre eles não vieram, deputado Marcelino, confiscar as galinhas e os ovos caipiras que estavam sendo comercializados aqui na Assembleia. Mas quando eles vão para a roça, quando eles vão lá na casa do agricultor familiar, eles comem a galinha morta lá no fundo do quintal e saem elogiando.

Então, gente...

O Sr. Alex Lima: Um aparte, deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) que a Adab possa, efetivamente, cumprir sua obrigação e fortalecer...

O Sr. Tiago Correia: Um aparte também, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) e viabilizar a agricultura familiar. Pois não, deputado.

O Sr. Alex Lima: Deputado Jacó, eu queria parabenizar V. Ex.^a pelo pronunciamento na tarde de hoje e me associar às suas palavras, no que diz respeito à

compreensão que o estado, como um todo, precisa ter da produção de diversos setores. V. Ex.^a citou aí o setor de frangos, mas tem acontecido isso também com os laticínios e eu acho que foi muito ruim para a Bahia, porque houve uma concentração na parte frigorífica. Houve uma privatização dos frigoríficos, os matadouros municipais foram fechados e houve uma privatização dos frigoríficos.

O que acontece é que ninguém quer que os alimentos, deputado Jacó, sejam feitos, produzidos, manipulados em condições que não estejam em conformidade com a lei. Mas é preciso ter uma sensibilidade maior porque, por exemplo, no caso dos frigoríficos, aquelas pessoas de baixa renda continuam matando os bois, só que, ao invés de ser nos matadouros municipais, estão matando embaixo do pé de cajueiro, em baixo do pé de árvore, no meio do mato. Então, na verdade, esse é um problema que nós precisamos enfrentar e eu queria parabenizar V. Ex.^a pela coragem do pronunciamento no dia de hoje.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Deputado Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Jacó, seguindo a ideia do meu colega Alex – parabenizá-lo pela explanação –, com certeza a agência de defesa tem um papel muito importante não só no momento que fiscaliza os produtos agropecuários, mas no momento também que inibe a produção, principalmente dos pequenos, quando muitos desses são mais fáceis de serem fiscalizados.

Por exemplo, em Casa Nova, temos uma feira semanal de caprinos e ovinos e os pequenos produtores viajam 80, 90 quilômetros com dois animais, chegam à feira e têm os seus animais apreendidos e têm que pagar uma multa exorbitante, porque não tiraram uma guia de trânsito. Então, com certeza, o governo do estado tem que rever o papel da Adab, tem que rever o papel dos frigoríficos. O frigorífico de Juazeiro foi inaugurado há mais de um ano e meio, e não funciona, está lá fechado e, como ele, tantos outros.

Então, é preciso que o governo tenha uma visão um pouco mais atuante com respeito à agropecuária em nosso estado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Incorporo integralmente o seu aparte.

“(...) Apoiar o fortalecimento da Bahiater para que esta amplie o número de famílias atendidas com assistência técnica.

Precisamos reforçar o orçamento para que a Bahia continue a construir cisternas de consumo e produção”. Precisamos ampliar esse...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Programa 1 milhão de Cisternas em nosso estado.

“(...) Esta Casa Legislativa precisa aprovar...

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Para concluir, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) urgentemente a Lei Estadual de Agroecologia. E precisamos fazer com que, cada dia mais, a secretaria estadual e as secretarias municipais de educação passem a comprar mais produtos...

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Para concluir, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) da agricultura familiar”. Ainda tenho nove segundos, minha presidenta.

(Lê) “Encerro este discurso conclamando os nobres deputados e deputadas para que esta Casa...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Legislativa coloque, como prioridade em sua pauta, construir todos os avanços necessários para que marquemos a história da Bahia como o momento em que tivemos o maior desenvolvimento dos pequenos municípios rurais, em que a agricultura familiar ampliou sua capacidade de inclusão produtiva e que ampliamos a oferta e o consumo de produtos saudáveis e sustentáveis.”

Muito obrigado pela oportunidade, eu agradeço demais. E Lula livre, minha gente!

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Horário das Representações Partidárias. Com a palavra o representante...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): (...) do PSOL, para falar ou indicar o orador...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): (...) pelo tempo de 2 minutos.

Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Presidente Ivana, fica muito bem aí, e quero confirmar que farei também a minha inscrição do evento da Unale, vou estar junto com a senhora, merecidamente será candidata única para representar a nossa Unale e uma representante nada mais justo do que aqui da Bahia.

Hoje, antes de eu chegar, vou contextualizar aqui para fazer a minha questão de ordem, eu estava na Comissão de Saúde, tive até o privilégio de ter alguns deputados presentes, uma vez que sabiam que o secretário Fábio Vilas-Boas estava lá. Mas o tema extremamente importante, deputada Ivana, que tratamos lá na Comissão de Saúde, e que durante anos, vários deputados que estão aqui, até do mandato passado, já me acompanham, é sobre as cirurgias de joelho. Eu duvido que um deputado aqui nesta Casa já não tenha sido solicitado por alguém para fazer um encaminhamento para uma cirurgia de joelho. E os deputados aqui, dos 63, tenho certeza, talvez um ou dois tenham conseguido essa peripécia de realizar uma cirurgia do joelho.

Um tempo atrás, anos atrás, não há um tempo, ainda no governo Paulo Souto, e depois, prosseguindo também com Jorge Solla no governo Wagner, se vislumbrou que havia um problema muito grave na ortopedia. Na verdade, era no ortotrauma, como sempre se chamou o ortotrauma do HGE e antes do HGV. E houve naquele momento uma política pública, o serviço público se voltou para isso, porque era uma epidemia. As pessoas, realmente, ficavam literalmente “aleijadas” com suas dificuldades, com suas morbidades. Ficavam, realmente, deficientes.

E, depois disso, com o passar dos anos, as estruturas do governo do estado e do próprio município começaram a se voltar para o ortotrauma. Hoje, depois de anos, praticamente nós não temos dificuldade na parte de traumatologia. Fala-se muito, com o advento das motos, que hoje tomaram conta do trânsito, que isso levou o aumento dos acidentes. Mas, nem assim nós temos problemas no ortotrauma, na parte das fraturas propriamente ditas.

Mas, hoje, a Bahia sofre, vive uma epidemia de lesões de menisco, lesões de ligamento, artroses de joelho, artroses de quadril. Há uma epidemia. Há um volume tão grande de pacientes por esta Bahia que precisam ser tratados, que hoje fizemos uma audiência pública aqui, solicitada, inclusive, pelo deputado Eduardo Alencar, que também é ortopedista, para que pudéssemos chegar a um consenso.

Infelizmente, hoje, nós ainda... não consigo vislumbrar um horizonte que seja um pouquinho mais breve. Fala-se que vão construir isso, trazer aparelhos de... artroscópio. Ótimo! Mas ainda não há um encaminhamento para que a gente possa solucionar essa epidemia de lesões, de pessoas mutiladas com seus joelhos, inclusive os quadris.

Então, eu acho que hoje, pelo menos foi mais um passo para chamar a atenção dessa gravidade que acomete as pessoas, que acomete aqui os baianos.

Falando isso, chamando a atenção para isso, queria agradecer, inclusive, a participação de todos na Comissão de Saúde, mas, também agora, queria aproveitar e solicitar, vendo que hoje, dia de terça-feira, há um quórum um pouco mais baixo, a verificação de quórum para continuidade da sessão.

Fiz uma questão de ordem, deputado. Fiz uma questão de ordem a V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a poderia repetir?

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a prestou atenção, sei disso! Pedi a verificação de quórum.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de reforçar essa posição que deve ser de todos os deputados da Casa. Vi, inclusive, a intervenção do deputado Tiago, do deputado Robinson, do deputado Jacó, sobre essa questão dos óleos que estão nas diversas praias do estado da Bahia.

O deputado Tiago falou da iniciativa do prefeito de Salvador na limpeza das praias de Salvador. Todos os prefeitos... Ainda ontem estiveram aqui o prefeito de Morro de São Paulo, o prefeito de Cairu, onde está situado Morro de São Paulo, preocupado porque já chegou óleo lá; o prefeito Antônio Dionísio, de Itacaré, que também chegou... E cada um está tomando as suas medidas.

Eu sou quero reforçar que o governo federal foi muito negligente nessa questão, quando deveria ter assumido o protagonismo de mitigar esse problema ambiental, que

é da sua responsabilidade, porque diz respeito a um vazamento de óleo no mar, e diz respeito, e essa responsabilidade é do governo federal, não é dos estados, mas deixou à mercê de todos os estados.

Agora, 41 dias depois, o ministro da Integração foi a Pernambuco para dizer que, agora, o governo federal vai tomar iniciativa nesse sentido.

Quero lamentar, mais uma vez, a posição do presidente Jair Bolsonaro que, ainda, brinca com essas questões. Ou seja, ao invés de tratar com seriedade o que cabe a um presidente da República, ele faz chacota com essa questão, talvez porque o problema aconteceu, aqui, no Nordeste. Quanto a ele, me parece, criou uma aversão ao Nordeste brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Ex.^a, ao final da minha questão de ordem, na contradição ao deputado Alan Sanches, soar todas as campainhas, chamar, nominalmente, os deputados e já pedindo a cada deputado e a cada deputada que se faça presente, porque nós vamos votar, hoje, três projetos.

Quanto ao PPA, nós vamos votar um projeto importante para melhorar ainda mais as condições da Polícia Militar. Nós vamos votar, também, um projeto para fazer um encontro de contas com a Petrobras e garantir que algumas empresas possam administrar esses poços parados na área terrestre do nosso estado, porque está trazendo um grande prejuízo para a cidade, como a como a de V. Ex.^a, lá, em Esplanada. Há outras cidades como Catu e Alagoinhas. Com isso, de repente, a gente pode estimular que empresas venham a operar esses postos que estão paralisados, porque a Petrobras perdeu o interesse nessas áreas.

Nesse sentido, queria solicitar a V. Ex.^a a marcação do tempo de 15 minutos, chamar, nominalmente, cada deputada e cada deputado para atender a essa questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido.

Defiro as questões de ordem dos deputados Rosemberg Pinto e Alan Sanches.

Peço zerar o painel e contar o tempo regimental.

Convido todos os deputados, presentes na Assembleia Legislativa da Bahia, a comparecer ao Plenário, porque há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente, o Brasil todo está indignado e estupefato com o despreparo do presidente da República para tratar dos problemas brasileiros e desta atual crise, sem precedentes na história do país, em relação ao derramamento de óleo nas praias do Nordeste.

Então, Sr. Presidente, nós temos... (Pausa)

Então, Sr. Presidente, no primeiro momento em que foi dado o alerta e apareceram as primeiras manchas de óleo derramado no início de agosto, o presidente

Bolsonaro foi a público dizer que o ocorrido era de origem do país vizinho, a Venezuela, e complementou que faltava pouco para confirmar a tese dele.

Vejam que, hoje, o comandante da Marinha descartou qualquer relação entre o óleo derramado e o envolvimento do governo ou da indústria venezuelana, dando, mais uma vez, a prova da falta de condição de Bolsonaro para exercer o cargo de presidente da República.

Ele tentou ideologizar um tema ao invés de tomar as medidas técnicas adequadas. Por que ele não tomou as medidas adequadas? Porque quando ele assumiu, ele, aliás, cometeu a insensatez de desmontar os órgãos e os instrumentos que o Estado brasileiro criou para conviver com crises dessa natureza.

Então, para acabar, ele extinguiu a participação social no Brasil. Ele foi colocando todos os conselhos e todos os órgãos como desnecessários ao funcionamento do Estado brasileiro. Dentre eles, a partir do Decreto n.º 9.759, ele extinguiu o órgão que implementou e implementava, até então, o Plano Nacional de Contingência. Por isso mesmo, o Estado brasileiro ficou desprovido de uma reação imediata para enfrentar a crise.

Então, os funcionários do Ibama estão acusando Bolsonaro de ter cometido crime de responsabilidade pelo seu ato, qual seja, o ato de desmontar as estruturas de vigilância que não devem ser substituídas governo a governo e, sim, acrescentadas em fazer parte da estrutura permanente de prevenção a acidentes dessa natureza.

Hoje, pescadores de diversos locais da Bahia, reunidos na praça em Amaralina, se deslocaram até a sede do Ibama para protestar contra a omissão do governo federal em relação ao grave crime ambiental que nós estamos convivendo.

Quanto à extensão, nós não podemos nem dimensionar, porque está sendo feito um mutirão para a retirada dos óleos nas praias. Mas nós não sabemos a extensão deste óleo acumulado em todo o ecossistema dos oceanos.

Além disso, quanto à repercussão do derramamento do óleo nos mangues, área prioritária de reprodução de crustáceos e de camarão, nós, também, não sabemos. Há a repercussão de destruição dos animais marinhos, pois cerca de 15 tartarugas já foram encontradas mortas no litoral baiano. A devastação só faz crescer. E não há, por parte do governo federal, nenhuma iniciativa para identificar a causa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Obviamente, depois de 60 dias, nós temos uma mobilização, mesmo tardia, das Forças Armadas, do Exército e da Marinha, que deveriam estar presentes desde o primeiro dia.

No entanto, Bolsonaro e os seus filhos preferem ignorar o problema e continuar fazendo do Brasil um parque de diversão, promovendo confusões e brigas diariamente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por isso, Sr. Presidente, convido todos os deputados, presentes na Casa, a comparecer a este Plenário para dar o quórum para a gente continuar com a atual sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum nominal dos Srs. Deputados para a continuidade da presente sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de continuidade da presente sessão.

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Já está restabelecido o quórum.

Questão de ordem do deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Pensei que ainda estivesse na verificação, mas já que pedi, darei prosseguimento.

A minha fala é só para informar, Sr. Presidente, que, hoje, na Comissão de Finanças e Fiscalização, ficou entendido que será convidado, para vir a esta Casa, o defensor-geral, Rafson Ximenes, para tratar, justamente, sobre o orçamento destinado à Defensoria Pública para o exercício de 2020.

A Defensoria Pública cumpre um papel importantíssimo em nosso estado ao levar o acesso à Justiça, principalmente, aos que mais precisam. Nós entendemos o lamento do defensor público-geral no momento em que aponta que o orçamento, destinado àquele órgão, não é suficiente para o desenvolvimento das atividades a contento, principalmente, atividades essas, como eu falei, prioritárias para as pessoas, principalmente, de baixa renda, que não têm como pagar um advogado e que precisam da Defensoria para ater acesso à Justiça.

Então, provavelmente, na próxima terça-feira, estará nesta Casa o defensor Rafson Ximenes que fará uma explanação para mostrar a realidade daquele órgão, mostrar a realidade do planejamento que aquele órgão pode fazer com o orçamento que se encontra destinado para ele, a fim de que nós possamos analisar e, quem sabe?, apresentar a emenda necessária para aumentar e suplementar o orçamento destinado à Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falarão, por 6 minutos cada, os deputados Marcelino Galo e Niltinho. Esse último, agora, já está interferindo em Brasília, certo?, pois ele é um deputado estadual com a musculatura do deputado federal.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra, pelo tempo de 6 minutos, ao deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr. Presidente e deputado Alex Lima, nobres deputadas, deputados, senhores da imprensa, servidores, aqueles que nos veem, neste momento, na TV ALBA, eu queria, mais uma vez, falar e me referir ao discurso do deputado Tiago Correia sobre o trabalho da prefeitura em um momento anterior. Claro, todos nós temos que fazer este esforço. E a obrigação da prefeitura é limpar as praias.

Mas ele se esqueceu de falar da responsabilidade do governo federal, porque, agora mesmo, foi divulgada uma recente pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ali diz que esse acidente ocorreu em águas internacionais, ou seja, muito longe da costa brasileira. Isso ocorreu há mais de 60 dias.

E, ali, houve um fato já registrado, pois um navio da Marinha conseguiu içar do mar, ou seja, tirar dois blocos de óleo cru, porque o fenômeno que ocorre é que esse óleo, ele vem sendo transportado pelas correntes marinhas. Em águas frias, o óleo afunda porque ele se compacta. Então, é possível içar. Se foi feito isso com dois blocos, se nós tivéssemos tido uma ação mais incisiva e mais responsável do governo federal, com certeza, esse fato teria sido bastante amenizado.

Digo isso porque o que chega às praias é uma pequena quantidade de óleo derramado. Isso pode ter sido, justamente, em decorrência de um acidente de um navio, porque o navio-tanque, esses que carregam petróleo, ele pode transportar até 175 mil toneladas de óleo. E, até agora, só foram retirados das nossas praias cerca de 600 toneladas de óleo.

Então, quanto à maior parte desse óleo vazado, ele deverá ficar em águas profundas, em alto mar. E o mar, ele não tem uma topografia plana, ele tem, lá, os seus ícones, morros que sobem. Então, ali vai reter boa parte. E uma parte desse óleo, justamente, ele é solúvel na água. Isso vai implicar numa contaminação que vai durar para os próximos 20 anos, ali, contaminando várias espécies, principalmente aquelas que vivem se alimentando da água contínua do mar. Então, mariscos, camarões e outros frutos marinhos serão contaminados. Isso será dramático para a natureza.

Então, muito antes desse trabalho nas praias, se fosse assumido com responsabilidade aquilo que deveria ter feito pelo governo... E, ali, o governo fazia a discussão, apenas, ideológica, sem utilizar de todo o seu aparato. Nós sabemos que a Marinha tem capacidade tecnológica. A Petrobras está preparada para este tipo de acidente.

Então foi uma grave negligência do governo federal.

E, aí, nós vamos ter os grandes prejudicados. Quem são eles? Principalmente todo o sistema hoteleiro, porque o turismo é uma fonte de renda imensa para o Nordeste. Tal derramamento de óleo irá prejudicar, ali, de forma de morte mesmo, os nossos pescadores, as nossas marisqueiras. E, aí, tem de ter uma política para proteger. A pesca está inviabilizada, e não é possível se fazer; mesmo porque as manchas de óleo já estão acessando os nossos mangues. E já se tem a notícia, vejam a infelicidade, que o óleo chega a Boipeba e ao Morro de São Paulo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, quem conhece aquele pedaço e aquele santuário sabe a beleza que é Boipeba e sua preservação. E nós sabemos que ali tem vários sítios de criação de ostra. Isso está tudo totalmente exterminado.

Então os pescadores que hoje ocuparam a sede do Ibama precisam ter uma resposta de como vão viver mais de 150 mil famílias impedidas de garantir a sua sobrevivência.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então nós precisamos nos pronunciar de forma muito determinada. É preciso proteger os nossos pescadores, as nossas marisqueiras. Para isso, é preciso que o governo federal responda de forma imediata, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Niltinho.

O Sr. NILTINHO: Boa tarde a todos presentes no Plenário.

Quero saudar o nosso presidente Alex Lima e todos os deputados presentes, a imprensa, todos os funcionários da Casa e, em especial, o nosso Líder da Bancada, o deputado Rosemberg Pinto.

O deputado Rosemberg acabou de falar sobre uma ação que impetramos, junto ao TCU, ao pedir a paralisação de um edital que o Ministério do Meio Ambiente colocou à disposição dos municípios no Brasil. É um edital que aloca 30 milhões para a utilização de municípios que já têm projetos voltado aos resíduos sólidos.

Porém, qual é o grande questionamento nosso? Além de alguns vícios como numeração errada, como o processo que consta, eu vou nominar aqui, que é a falta do número, a falta da publicidade no Diário oficial da União e os prazos estabelecidos que não foram seguidos à risca.

O que vale a gente ressaltar é que esses 30 milhões de investimento, quando você divide isso num bojo de municípios por todo o Brasil, é um valor muito pequeno. Esse investimento era para projetos para tratamento de resíduos sólidos que a gente sabe que é um problema nacional.

Mas não podemos deixar de falar, de forma muito clara, que os municípios no Brasil não têm capacidade de estruturar a coleta, o uso, o tratamento dos resíduos sólidos, apenas, nos pequenos e médios municípios. Essa estrutura consegue atender, financeiramente falando, apenas alguns, pois só os grandes municípios conseguem promover esse tipo de serviço.

Esta é a nossa discussão. Se não consorciarmos, não há possibilidade. E a lei é muito clara, porque é necessário que o resíduo sólido seja tratado de forma regional.

Então, é necessário que esse processo, melhor, esse edital seja regulamentado priorizando os consórcios. Ao priorizar, poderá ter melhor eficácia. Aliás, não só na Bahia, pois o governador Rui Costa tem sido extremamente sensível, porque ele está, extremamente, empenhado, junto à Sedur, junto à Secretaria de Infraestrutura Hídrica, para que os consórcios consigam fundamentar, consigam ir à prática, que a gente consiga executar o serviço de coleta dos resíduos sólidos.

Então é necessário que a gente fique atento a isso, ou seja, que o governo federal re faça esse edital. Já foi paralisado. O Tribunal de Contas da União já determinou que o ministério re faça as correções necessárias. E a gente espera que, o quanto antes, saia fundamentando, priorizando os consórcios, que é a única alternativa que nós temos que, economicamente, torna isso viável para o funcionamento desta coleta tão esperada.

É algo que já tem quase 10 anos perdurando essa exigência que o governo federal vem fazendo aos municípios e há protelamentos. A todo o momento, vem se esticando esses prazos pela falta de condição dos municípios que, de forma alguma, têm condição de executar esse serviço.

Quero, também, fazer um apelo a respeito do município de Medeiros Neto. Algumas discussões já estão sendo travadas na Casa, na Comissão Territorial, com relação ao município de Medeiros Neto e ao município de Caravelas. Esses dois municípios estão disputando a Usina Santa Maria.

Essa usina gera, diretamente, 1.800 empregos e produz 500 mil litros de álcool por dia. Essa usina tem um apelo importantíssimo na cidade de Medeiros Neto; e ela está, historicamente, no município de Medeiros Neto. Ela está situada a 14 quilômetros da sede de Medeiros Neto e a 140 quilômetros do município de Caravelas. O município de Caravelas contesta a propriedade por estar numa área de Caravelas.

Historicamente, sempre pertenceu ao município de Medeiros. Por quê? Todas as atividades, seja na relação trabalhista de vínculo, inclusive de escritura, sempre foi registrado no município de Medeiros Neto. E a gente descobriu, recentemente, que essa área está situada no município de Caravelas.

Então a gente está com a presença, inclusive, do presidente da comissão, o deputado Osni, que tem sido extremamente sensível a essa discussão. Esta preocupação é latente, porque o município de Medeiros Neto não quer perder a usina. Por conseguinte, naturalmente, o município de Caravelas, também, não quer perder a oportunidade de ter uma empresa dessa que gera emprego, que gera receita para o município. Mas nós não podemos deixar de levar em consideração a necessidade do município e a necessidade, em especial, da empresa, que é uma geradora de empregos. Você imaginar 1.800 trabalhadores, eventualmente, com o fechamento de uma indústria dessa... Porque a indústria vem colocando em discussão essa possibilidade, caso não entre em acordo, inclusive, encerrar a atividade na Bahia e levar essa atividade...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para o estado do Rio de Janeiro.

Então, é importante que a gente se sensibilize, é importante que a gente una forças.

E quero, aqui, rapidamente, falar também de um encontro que tivemos com o sindicato dos frentistas de postos de gasolina da nossa Bahia. Eles estão preocupados. Há um projeto de lei do Senado Federal, esse projeto quer acabar com o serviço de frentistas, quer colocar o serviço de abastecimento como autosserviço. E isso prejudica...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) diretamente a classe trabalhadora, todos os frentistas da Bahia. São mais de 4 mil empregos em Salvador e algo em torno de 15 mil empregos em toda a Bahia.

Então, precisamos ter esse cuidado. Já foi feito o pedido, hoje, na comissão para que a gente faça uma audiência pública. Já foi aprovado na Comissão de Infraestrutura,

Desenvolvimento Econômico e Turismo. E, dentro em breve, vamos marcar a data dessa audiência e passar aqui para todos.

Muito obrigado a todos e um excelente dia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, falarei pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Falará pelo tempo de 10 minutos o deputado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, demais membros desta Casa, normalmente, faço meus discursos, aqui, sem a leitura, mas terei o prazer de fazer desta vez. Porque, pela primeira vez, eu quero colocar, aqui, a minha indignação perante esta Casa, que se omitiu. E que, ainda, na figura do presidente interino, deu uma declaração totalmente contrária aos fatos que deveriam proteger esta Casa. Coisas absurdas aconteceram na última semana quando sofri um atentado. E ouvi V. Ex.^a, perguntado pelo carro da Assembleia, dizer que iria abrir uma investigação. O carro é do Poder Legislativo, não poderia, em momento algum, ser violado, como foi violado pelo major da Polícia Militar, sem a presença de um oficial de Justiça. O carro da Assembleia Legislativa tem imunidade parlamentar e esta Casa não protegeu os seus. Que fique bem claro que esta Casa tem que proteger os seus, e não ter uma postura como essa.

E eu vou explicar os absurdos que esse governo, juntamente com o Ministério Público e Secretaria de Segurança Pública, fez no dia em que a entidade de classe foi fechada. Coisas que vocês, deputados do PT, vêm aqui direto e falam, externam a preocupação com a Operação Lava Jato. O Supremo Tribunal Federal determinou o fim da medida coercitiva. Pois neste estado se ampliou isso. No dia que a Aspra foi invadida pela Polícia Militar e pelo Ministério Público, lá tinham 19 pessoas entre civis e militares. E foram sequestrados para o Draco e para a Corregedoria da Polícia sem ordem judicial, sem mandado judicial, sem medida coercitiva, que não existe mais. É isso mesmo, deputado Zé Raimundo: foram sequestrados, levaram para o Draco, ficaram 12 horas sendo ouvidos lá. Ouvidos em quê? Não tinha nenhuma ordem judicial. Essa é a prática criminosa que este governo do PT faz na Bahia, e vem aqui com hipocrisia e demagogia combater a Lava Jato para não ter medida coercitiva, que o governo federal e o Ministério Público Federal fizeram. Lá também eu era contra, mas essa prática aqui, sou mais contra ainda, porque foi uma prática delituosa e criminosa. Dezenove pessoas foram sequestradas na sede da Aspra: levaram para o Draco, ficaram lá por 12 horas sendo ouvidas, sem ordem judicial, sem nada, sem medida coercitiva porque ela não existe mais. O Supremo Tribunal Federal determinou isso. As armas dos policiais foram apreendidas, armas legais, sem nenhum problema. Cinco mil reais foram encontrados no meu carro, que é meu, o carro da Assembleia Legislativa, deste poder constituído, que não pode se humilhar para o Executivo, que não pode baixar a cabeça para o Executivo, não pode aceitar coisa como essa.

Sofri um atentado, sim. Estou aqui como homem e vou provar. As testemunhas dizem lá que tinha um segundo carro e nós vamos provar. Não posso acusar quem fez o atentado. Quando eu tiver a prova, vou provar. Não vou fazer o que o governo do estado fez, mentindo 24 horas durante o movimento. Se o movimento aconteceu, a culpa é do governo do estado e vocês sabem disso. O deputado Rosenberg sabe, porque participou de um acordo, em 2014, que não foi cumprido por esse governo. E agora usam a máquina estatal, compram uma mídia corrupta que mentiu 24 horas para o povo da Bahia, dizendo que cometemos várias arbitrariedades e nós provamos que não. Não tivemos espaço na mídia. Cadê a democracia? A arte da democracia é ouvir o outro lado, não é só mentir e pregar para a população uma mentira. E foi isso que o governo fez.

Tem mais arbitrariedades. Estão pensando que parou por aí? Tem mais: o Ministério Público – dois promotores, e não o Ministério Público completo – pediu à Justiça simplesmente que interditasse a entidade. Uma entidade de classe – que vocês, sindicalistas, sabem, porque sempre foram contra – foi fechada por esse governo, lacrada por medida arbitrária; uma entidade que tem 15 mil associados, que defende trabalhadores, que já tem nove que se suicidaram esse ano e não temos psicólogos, médicos.

Escritórios de advogados, vocês que são doutores, foram fechados por esse governo, quebrando uma prerrogativa dos advogados. Cadê a OAB? Se pronunciou lá, mas eu quero ver. Um recado aqui ao presidente da OAB, Fabrício, que disse à nossa advogada que não ia ajudar nem a Aspra e nem Prisco: nós não precisamos de vocês! Façam o seu papel constitucional de uma OAB livre e independente e não subserviente a governo e a político nenhum. A política pode passar, mas a justiça nesse Brasil tem que ser estabelecida.

Tem mais arbitrariedade: a Justiça pediu, o governo pediu, o ministério pediu para interditar a sede, a matriz e fazer busca e apreensão. Pasmem! Foram feitas busca e apreensão nas 20 sedes nossas, sem autorização judicial. Entraram e lacraram, fizeram busca e apreensão. De quê?

Tem muito mais arbitrariedade. Estou vendo vocês com páginas aí da mancha de óleo, o Ministério Público acusa – pensem que é brincadeira para sorrir –, estão lá as fotos no processo, que quem jogou a lama de óleo foram Prisco e a Aspra. Estão satisfeitos com essa piada? Está no processo. Esse é o Ministério Público que veio aqui nesta Casa pedir para votar o trem da alegria de 542 cargos comissionados indicados – que não eram concursados – e a gente votou e abriu mão. Nós queremos a seriedade: se tem a prova, prove. Nós fizemos uma luta de trabalhador por um governo irresponsável, que não sentou e dialogou com a categoria. De domingo para segunda, teve três homicídios, sem greve. E aí, vai culpar quem? Em Feira de Santana, teve seis homicídios, ontem. Vai culpar quem? Se vocês acham que vão calar a voz, tentando um atentado, que não sei quem foi, mas vou descobrir... Há um Deus que rege o céu e a Terra e eu estou com Ele, e nós sairemos vencedores.

Quero que o pinóquio, o mentiroso do secretário de Segurança Pública, mande para esta Casa o projeto que ele disse que mandou. Que foi assinado, em acordo, por

ele. E nós temos o papel assinado. Mande os projetos para esta Casa para votar, porque foi você quem fez o acordo, foi você quem não cumpriu. Não queira jogar a responsabilidade nas costas dos 32 pais e mães de família que estão nas ruas, dedicando as suas vidas para você, inclusive, que tem a sua segurança reforçada.

Deixo aqui a minha indignação com esta Casa, que não pode se curvar. Nós somos deputados e não podemos aceitar. Tem um carro apreendido, lacrado, violado por um major da Polícia, sem esta Casa se pronunciar. Não quer falar a favor de Prisco, não se preocupe. Não preciso que ninguém fale de Prisco. Fale desta Casa, que tem que ser respeitada. Aqui é o Poder Legislativo e não pode se curvar para uma arbitrariedade como esta que está acontecendo, que está sendo praticada, de uma entidade de trabalhadores ser fechada em pleno Século XXI.

E hoje peticionamos no processo que cinco policiais – e a esposa de um deles está fazendo tratamento de câncer – tiveram o plano de saúde sequestrado. Os documentos foram levados e o tratamento foi interrompido. Até quando vai continuar essa perseguição na Bahia? É uma província aqui dentro ou é um país, um Estado liberal? Cadê o Estado democrático de direito?

Não vão calar a minha voz. Há um Deus que rege o céu e a terra e eu estou com ele.

Muito obrigado, Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou da Maioria ou ao líder do PSB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Robinson e 6 minutos o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra pelo tempo de 6 minutos o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero informá-los que a comissão especial que dispõe sobre a regulamentação do transporte complementar na Bahia tomou uma decisão, na última quarta-feira, de estabelecer a data de 31 de outubro para recepcionar informações dos deputados, diretamente, sobre a existência de linhas intermunicipais no estado da Bahia.

Essa decisão foi tomada por conta de que o levantamento apresentado pela UPB à Agerba identificou 123 municípios com linha complementar. E há um questionamento de vários deputados de que o número é muito maior. Portanto, nós vamos complementar essas informações. Nós já passamos ofício para todos os gabinetes e até o dia 31 de outubro, de quarta-feira agora a oito, estaremos recepcionando as indicações dos deputados da existência de linhas, para tratarmos dessa matéria tão importante, que é a regulamentação do transporte complementar na Bahia.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu quero aqui, também, parabenizar o governador Rui Costa, parabenizar o prefeito de Ilhéus por ter atendido a uma medida importante solicitada pela comunidade do Rio de Engenho, na zona rural do município de Ilhéus, que, de forma contraditória, fica à margem do rio – que é um dos mananciais que abastecem de água potável a cidade de Ilhéus – e nessa localidade não tem água potável. Então, cerca de 60 famílias vão ser beneficiadas, no Rio de Engenho, com água potável, fruto de um contrato-programa entre a Embasa e a Prefeitura de Ilhéus, em que incluiu a execução dessa extensão de rede para beneficiar 63 famílias, com 2.898 metros de extensão de rede, com o investimento total de R\$ 171 mil e a previsão de execução ainda no ano de 2018.

Parabéns especial à liderança local Horácio, que muito batalhou para que essa obra fosse anunciada e virasse uma realidade na comunidade.

Mas, Sr. Presidente, eu também quero aqui saudar a realização da 9ª Edição da Flica, da feira de literatura no município de Cachoeira. Começa na próxima quinta-feira e vai ao domingo. Já se consolidou como um dos mais importantes eventos culturais dessa natureza na Bahia, e nós teremos agora mais uma edição, que tem como centro a literatura popular.

Lá também nós encontramos espaços para várias manifestações – tem a Fliquinha. Então eu queria até sugerir a todos os deputados que no final de semana pudessem passar e prestigiar no histórico município de Cachoeira mais uma edição da Flica.

Sr. Presidente, tenho uma notícia – que também creio que seja do seu agrado em particular –, que é a intervenção da Secretaria de Infraestrutura, através do DNIT, de uma manutenção na estrada que liga a sede do município de Jandaíra até a Linha Verde.

Essa estrada é uma reivindicação da comunidade, porque ela está completamente destruída, precisa de uma restauração completa em pavimentação asfáltica. E já tem solicitação nossa para que o governador e o secretário de Infraestrutura possam atender essa demanda. Eu fui informado por Saulo, do Derba, de que as máquinas já estão trabalhando para fazer uma manutenção, cascalhar, inclusive, os pontos críticos. E que essa manutenção em cerca de 30 quilômetros dessa BA será estendida também ao acesso que liga a Linha Verde ao povoado, ao distrito de Abadia, que também será beneficiada com essa intervenção. Então o governador Rui Costa, sua secretaria, que não para de trabalhar, que não para de intervir...

Não poderia também, Sr. Presidente, deixar aqui de prestar a minha solidariedade à Casa, a Assembleia Legislativa, e em especial à sua figura de presidente, que conduziu o processo envolvendo a crise dos policiais militares com bastante altivez, com bastante serenidade, para evitar que esta Casa participasse de processos não republicanos, não democráticos.

Creio que os fatos colocados aqui devem ser esclarecidos, mas se há vítima nesse processo é o Poder Legislativo, é a democracia que foi atacada com atitudes que não têm nada a ver com a preservação do Estado democrático de direito, o que nós convivemos no último período. Por isso mesmo, foi repudiada por toda a sociedade essa tentativa de paralização dos serviços de segurança.

E, eu quero parabenizar aqui toda a tropa, na figura do comandante Anselmo, que conduziu esse movimento também com bastante serenidade; o governador Rui Costa, que teve uma atitude firme...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de garantir o direito à vida da população baiana; e esta Casa, todos os deputados, que se portaram aqui muito solidários ao povo, que passou por momentos de aflição, de dificuldade, de medo, de apreensão no último período.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, no momento em que a gente vê a política do Paulo Guedes, ministro da Economia, de querer vender tudo no nosso país – desmonte dessa empresa, a mais importante, que é a Petrobras, levando milhares de desempregados, para não falar de outros estados, aqui na Bahia –, está aí, deputado, líder Rosemberg, o modelo neoliberal que servia de exemplo para muitos, que é o Chile, onde dezenas de pessoas já morreram, o país, praticamente, todo parado, o Estado com toque de recolher, porque a população chegou num momento em que diz um basta.

Então, o Chile, que servia, há pouco tempo, de exemplo, aqui, para nós da América do Sul, está aí passando por momentos difíceis, porque a população está a cada dia empobrecendo, porque lá há a política neoliberal, privatizando a educação, privatizando a saúde, os aposentados com as aposentadorias a cada dia diminuindo. E chega num momento em que o barril explode. E é o que está acontecendo no Chile.

Vamos ver se a direção do nosso país... É claro que muitas coisas eu também não concordo que o Estado participe. Não se justificava, aqui, que a Bahia vendesse alimentos, como era a Cesta do Povo. E, por isso, o governador, esse grande Rui Costa, ele tomou a decisão. Mas não tem sentido você privatizar a saúde, privatizar a educação, privatizar várias áreas que são competências do Estado, porque senão acaba acontecendo o que nós estamos vendo, o que o mundo está vendo hoje no Chile, repetindo, que era motivo, para muitos, de se espelhar. E chegou, lá, ao ponto de saturação, onde a população não aguenta mais, a cada dia empobrecendo. E os empresários e o capital, ganhando cada vez mais.

Eu digo sempre que aqui, no nosso país, poderíamos estar em outro patamar, não estar nesse patamar absurdo de desemprego, com tantas riquezas que nós podemos gerar, com tantas possibilidades. Mas, infelizmente, pelas políticas implementadas, que nós estamos vendo, aí, por este governo – o ministro, praticamente, o maior ministro em poder, que é o Paulo Guedes –, já venderam, aí, a Petrobras Distribuidora, querendo privatizar a Eletrobras. Se dependesse deles, já tinham vendido tudo nesses 9 meses deste governo.

Então, que sirva de exemplo para os dirigentes deste país. Se não aos dirigentes, que sirva de exemplo pelo menos à classe política, que democraticamente tem o poder

constitucional de aprovar ou não as leis que o presidente manda para a Câmara federal e que manda para o Senado.

Então, acredito que a maioria dos deputados federais e dos senadores vai ter a responsabilidade e vai tomar como exemplo o que está acontecendo hoje no Chile, porque não dá certo essa conta, onde só o capital é priorizado.

Então, é por isso que o Brasil, infelizmente – que chegou em outro patamar, patamar de melhoria na qualidade de vida –, hoje está regredindo. Nós vimos, aí, reportagem hoje nos jornais, onde 1% da população brasileira detém o que 40% da população inteira tem.

Então, é um absurdo essa desproporcionalidade, onde poucos têm, praticamente 1% dos brasileiros tem, segundo matérias hoje nos jornais do Brasil, o que 40% da população têm. Então significa que 2 milhões e 800 mil brasileiros tem quase, deputado Tom, o que 100 milhões de brasileiros ou 80 milhões de brasileiros têm. Então essa conta não pode fechar.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu digo sempre, professor Zé Raimundo, que a população brasileira é muito cordeira. A população brasileira é muito cordeira, professor Zé Raimundo. O que eu digo sempre é o contraste que existe... Vamos ali na Barra, pra gente não falar em tantos outros exemplos, estão ali as pessoas passando dificuldades; ali você descendo pela Contorno, embaixo, praticamente... Você olha para cima e está ali um apartamento, que é a Morada dos Cardeais de 5, 6 milhões; você vai mais na frente, perto do Yatch Clube da Bahia, um contraste pior ainda; você olha para cima está lá a Mansão Lindemberg, que custa R\$ 20 milhões, e às vezes o cara embaixo não tem um prato de comida para comer.

Olhe, eu falo isso, é claro, porque eu tenho uma certa condição, como todos os deputados aqui, mas é claro que nós não podemos concordar com isso, porque não é bom para ninguém. Não é bom para ninguém porque você não vive com tranquilidade, não é bom para ninguém porque você não dorme, a sua mulher não dorme. Você que tem filhos adolescentes que vão para a rua em Salvador, enquanto não chegam, a mulher está lá com o celular, porque a mãe é sempre mais preocupada, deputada Olívia. Eu digo sempre que mãe é única. Nem pai é. Pai não é único. Agora, a mãe é única, mãe é amor que não se discute, não é? O marido, o homem dorme mais um pouco, e a mãe: “Olha, o Arthur...”, no meu caso, que é meu filho, “(...) o Arthur não mandou a mensagem ainda; a Carol não mandou mensagem”. E você fica sem dormir a noite inteira. Então isso não adianta que não é vida, isso não é qualidade de vida.

Então, para encerrar, Sr. Presidente, infelizmente essa é a triste realidade do nosso País, que a gente esperava... Tenho certeza, todos aqui, ninguém se sente confortável com essa situação. Todos nós, tenho certeza absoluta, tanto vocês que me ouvem nesta...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para concluir.

O Sr. ADOLFO MENEZES: (...) tarde, como todos os telespectadores da *TV Assembleia*, ninguém se sente bem com essa situação. Então a gente espera que os homens públicos, que têm obrigação de votar, de mudar, de fazer a direção correta deste País, tenham responsabilidade para que este país melhore. É o que nós desejamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL/Republicanos/MDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder do Governo ou ao Líder da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PL/Avante/Podemos/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará por 10 minutos esse deputado que vos fala.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 10 minutos, o deputado campeão de votos do Sul, Sudoeste, Médio Sudoeste, Recôncavo, Líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, servidores, servidoras, imprensa, visitantes.

Sr. Presidente, primeiro, eu estou extremamente alegre com o resultado ontem que inocentou o deputado Marcell Moraes, no Tribunal Regional Eleitoral. Estou alegre porque disse aqui, neste Plenário, que depois de um parlamentar, que é diplomado, na minha opinião, as querelas eleitorais devam ser encerradas a partir do momento em que o deputado recebe a sua diplomação. Qualquer outra questão deve ser tratada no âmbito da justiça comum, e não da justiça eleitoral. Por isso que torci bastante para que o deputado Marcell Moraes tivesse a sua ação, ação que foi implementada contra ele, que fosse inocentado.

Da mesma maneira que também tramita uma outra ação em relação ao deputado Targino Machado. Se depender da minha opinião, vai no mesmo sentido, porque depois de diplomado não cabe querelas antigas. Essas querelas devem ser sanadas ou encerradas a partir do momento da diplomação do parlamentar. Por isso que eu espero que na próxima semana também seja inocentado deputado Targino Machado.

Mas eu queria aproveitar este tempo, porque ouvi atentamente as palavras do deputado Prisco. Quem deve satisfação a esta Casa é o deputado Prisco, porque esta Casa foi exposta por conta da sua ação, e não o inverso. Eu tenho um carinho muito grande pelo deputado. E é verdade. Na outra manifestação dos policiais militares fomos eu e o deputado Zé Neto mediar uma saída – e essa saída e o acordo que foi feito naquele momento foi cumprido na sua totalidade pelo governador.

E o governador não pode ser responsabilizado de que cometeu crime, muito pelo contrário: a sociedade entendeu que foi uma ação...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Um aparte, deputado.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: (...) foi uma ação extremamente...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Deputado, um aparte, depois.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Darei.

Foi uma ação extremamente criminosa, quando colocou a sociedade em pânico e, para além dessas questões, viram aqui todos os servidores desta Casa quando tiveram dificuldade de sair daqui da Assembleia Legislativa, quando foi bloqueada todas as entradas da Avenida Paralela, onde as pessoas passaram aqui 4 horas sem poder se deslocar, fruto de uma manifestação irresponsável contra a sociedade.

E eu, que fui sindicalista e respeito as manifestações dos trabalhadores, acho que deve ter limite e movimento tem que ser de maioria. Movimento de minoria é motim, não é manifestação. E quem ficou encurralada foi a sociedade. E foram estimuladas diversas manifestações para deixar a sociedade atônita, no sentido de tentar fazer com que se mostrasse para a sociedade que esse movimento tinha alguma razão de ser. Com um aparte, o senhor deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Deputado Rosemberg, eu até me inscrevi, mas estou com um pouco de dor de cabeça, para debater, justamente, esse tema que V. Ex.^a debate, mas V. Ex.^a terminou adentrando naquilo que eu ia dizer.

Eu só discordo de V. Ex.^a quando V. Ex.^a diz que foi motim, porque não foi nem motim; porque existe motim legítimo. O movimento, seja ele motim... Não foi greve, motim, greve não foi. Ele não teve legitimidade nenhuma: ele não foi aprovado por maioria e não contou com a adesão da tropa.

Não vou nem discutir aqui atos que foram desenvolvidos durante as ações. Mas eu ia, justamente, colocar para V. Ex.^a que foi algo, talvez, impensado que se tornou uma irresponsabilidade muito grande, uma irresponsabilidade perigosa, perigosa. Foi uma brincadeira de mal gosto o que se fez aqui na Bahia, se colocou a vida da sociedade em risco, através de manifestações de uma ampla e massiva – (risos) é uma contradição – minoria.

Muito obrigado.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Incorporo as palavras do deputado Paulo Rangel. E, por isso, eu fiz questão de dizer aqui, porque acho que o deputado Prisco, que se emocionou falando aqui, acusou o governo do estado de criminoso, e nós não podemos aceitar isso. O deputado não teve sequer o apoio dos seus pares na Casa, e não deveria ter, porque não foi um movimento a partir da Assembleia Legislativa. E teve do deputado Alex Lima, presidente em exercício, a generosidade de receber aqui uma comissão que havia, anteriormente, acertado que era para entregar um documento ao Executivo. Não era uma mesa de negociação com o objetivo, e foi generosidade da parte da Assembleia Legislativa recebê-lo aqui para encontrar uma justificativa para que ele pudesse ter a razão de encerrar aquele movimento – pseudomovimento, não sei o que é aquilo – naquele dia. E, muito pelo contrário, ele radicalizou numa punição minoritária, estimulando, inclusive, ações criminosas na sociedade.

Ou seja, eu acho que nós precisamos rechaçar isso aqui na Casa. Não podemos aceitar esse tipo de conduta. Eu, que sou um deputado e acabei de fazer uma colocação de concepção, que, neste momento, envolve dois deputados da Oposição, mas eu fiz a defesa de concepção. Poderia ser qualquer deputado aqui. E não posso comungar com essa posição coordenada pelo deputado Prisco. Inclusive conversei com ele depois daquela reunião aqui na Assembleia Legislativa, colocando a minha opinião de que ele

tinha a oportunidade de resolver aquela questão e tirar das suas mãos aquilo que a sociedade rejeitou e que os seus pares rejeitaram. Quando você não tem o apoio da maioria, quando você não tem o apoio da sociedade, você não tem legitimidade para conduzir um processo reivindicatório.

Por isso, meu querido presidente, eu quero aqui fechar esta posição, dizendo: a esta Assembleia cabe as desculpas do deputado Prisco. E não ele cobrar da Assembleia uma posição em relação à falta de solidariedade a um ato extremamente hostil dele e do seu grupo à sociedade baiana.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Agradeço pelas palavras, deputado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar uma verificação de quórum.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que descessem aqui ao Plenário para que nós pudéssemos atender a uma verificação de quórum de continuidade da sessão. Essa sessão em que nós vamos apreciar aqui o PPA, vamos apreciar um projeto de lei que atende aos interesses da Polícia Militar, e, com a generosidade do deputado Tiago Correia, entendendo que é um projeto importante para o estado da Bahia, com a sua dispensa de formalidades, quero deixar aqui registrado, um projeto para encontrar um processo de negociação com a Petrobras no sentido de que algumas empresas possam vir e atuar na extração de óleo para as áreas de campos terrestres.

Além do mais, obviamente, o encontro de contas com a Petrobras, coisa que todos os estados já estão fazendo no sentido de tirar uma querela que existe desde a época que eu era dirigente na Petrobras. Por exemplo, havia sempre um questionamento da Petrobras: entendia-se que o estado devia à Petrobras; e o estado sempre entendia que era a Petrobras.

Com isso, acho que essa querela se resolve, o secretário da Fazenda, todos os secretários de Fazenda dos estados brasileiros se reuniram com a Petrobras, encontraram um formato de um novo regramento para cobrança de ICMS, seja da área de refino, seja da área de extração. Eu acho que, com essa aprovação também, nós, obviamente, colocamos o estado da Bahia no mesmo patamar dos outros estados que já aprovaram esse projeto. Nós aprovamos aqui, 20 dias atrás, o do refino, que é exatamente agora o da área de extração de óleo. Por isso que eu quero agradecer o papel de estadista aqui do deputado Tiago Correia.

Nesse sentido, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que se fizessem presentes aqui no Plenário, pedir a V. Ex.^a que faça soar as campainhas, chamar nominalmente os deputados, marcando o tempo regimental para que a gente possa dar continuidade à presente sessão.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Questão de ordem, Sr. Presidente, nos 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Mas questão de ordem depois de que V. Ex.^a der o...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Então, defiro as questões de ordem dos deputados Tiago Correia e Rosemberg Pinto.

Peço que contem o tempo regimental e convido as Sr.^{as} e os Srs. Deputados a se fazerem presentes, pois há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Sr. Presidente, o deputado Rosemberg Pinto chamou a atenção para uma questão aqui daquilo que diz respeito à prestação de contas de candidatos eleitos. Eu até queria chamar a atenção da deputada Ivana Bastos, se ela pudesse ouvir esta questão de ordem, porque é importante. Eu não vou aqui adentrar na questão específica dos dois deputados que foram citados. Agora, o que me parece é que a prestação de conta eleitoral, aqueles que participam de eleição fazem de conta que prestam conta e os tribunais fazem de conta que acreditam ou desacreditam.

Eu sempre defendi, Sr. Presidente, financiamento público de campanha e voto em lista. Não sei como se vai trabalhar. No mínimo tinha que ter, eu diria, o voto distrital misto, porque eu não sei como é que vai se continuar distribuindo aquilo que é definido. Primeiro, é muito pouco. É um financiamento público envergonhado, onde a realidade do caixa dois continua acontecendo. Eu vou dar como exemplo, inclusive, Sr. Presidente, o meu partido, deputada Ivana, porque eu acho que as assembleias legislativas do país têm que chamar a atenção para esse ponto.

Eu não posso entender como é que um deputado federal – e assim ocorreu em vários partidos – ele recebe R\$ 900 mil de uma agremiação partidária para fazer a sua campanha, e, no nosso caso aqui de deputados estaduais da Bahia, recebemos R\$ 45 mil! É o milagre de Jesus Cristo! É realmente fazer aparecer pães, fazer aparecer peixes!

Portanto, eu acho que a Unale deve ter essa questão como uma bandeira, buscar uma regulamentação para que esse tipo de absurdo não continue acontecendo! Porque a maioria das prestações de contas são verdadeiras obras fictícias! E não é possível que as coisas continuem acontecendo da forma que aconteceram!

Conversei com vários deputados de diversos partidos, deputados estaduais, que, segundo eles, não foram, de forma alguma, contemplados, inclusive, com nenhum valor. E todas as assembleias legislativas foram omissas em relação a isso, tendo partidos, inclusive, que ameaçaram deputados de penalidade com a perda do direito de concorrer

caso viessem a impetrar na Justiça, demandando tribunais para que essa regulamentação fosse feita.

Então, eu sei que eu estou abordando esse tema, quando tomamos como referência a eleição de deputados, senadores, governadores. Mas nós vamos ter eleições no próximo ano, quando verdadeiros absurdos vão continuar acontecendo.

Portanto, eu queria chamar a atenção a esse ponto. E aproveito também para convocar todos os deputados, principalmente os deputados da base aliada, para que se façam presentes, já que existe aqui um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, e até o presente momento só temos 14 Srs. Deputados.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr.^a Olívia Santana: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem da deputada Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: Presidente, eu quero também, aqui, endossar o apelo aos colegas para que venham a Plenário para a votação das matérias de hoje, especialmente o PPA. E quero também aproveitar a oportunidade, presidente, para convidar a todos e todas a participar dessa prova, que é a Brasil Ride, a maior prova de mountain bike que acontece no Brasil. E começou no domingo passado, numa grande manifestação, assim, de amor ao esporte. Nós temos uma participação muito intensa não só de corredores mundiais, mas também locais. Essa prova acontece no Arraial d' Ajuda, ela acontecia na Chapada, e hoje, dada a dimensão, a magnitude, ela está acontecendo no Arraial da Ajuda. Porto Seguro tem sido um espaço importante, um município importante no abrigo dessa prova. Eu sempre defendo que ela precisa se manter na Bahia, o melhor cenário para acontecer. Só existem 3 grandes provas de mountain bike no mundo, e essa é uma delas, uma prova que tem inclusive um mérito olímpico. Nós temos, portanto, que considerar e ter orgulho de que a Brasil Ride aconteça, continue acontecendo no nosso estado da Bahia. Então, a prova começou no domingo e vai até o dia 26. E nós queremos, vou fazer um esforço grande também para testemunhar o momento das premiações.

Mas quero aqui saudar a população de Porto Seguro e a população mais especificamente de Arraial d' Ajuda, que neste momento, apesar de todos os problemas que nós temos, desse acidente terrível, nas praias do Nordeste, que já atinge diversas praias do nosso estado, da nossa Bahia, o litoral baiano, Porto Seguro, que é um município que tem como marco exatamente as suas praias, a beleza das suas praias, não é? Nós temos que fazer essa defesa tenaz de que o governo federal assuma uma atitude responsável. O que se espera de um presidente da república é que garanta de fato que, no momento em que um acidente atinja uma comunidade, uma população, que o presidente acione o governador, que o presidente assuma o comando da operação no sentido de garantir a limpeza rapidamente das praias, e a gente não viu isso acontecer, muito pelo contrário.

Eu quero até saudar o Coronel Telles, encontrei ele lá na missa da Irmã Dulce, que vem comandando o corpo de bombeiros, diversas operações na limpeza das nossas praias. E se soma a esse esforço que o governo do estado da Bahia está fazendo também um grande grupo de voluntários: nós já temos mais de 500 voluntários trabalhando em Salvador e também em outros municípios. E é muito triste que a gente esteja, num momento de receber uma prova como essa, que é a Brasil Ride, um aprova internacional cujos participantes vêm também desfrutar da beleza do litoral baiano, esteja encontrando essa situação absurda.

Então, Bolsonaro precisa parar de fazer política pequena e fazer a grande política, que é governar a serviço de todo o povo brasileiro.

Obrigada, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Reestabelecido o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre líder do governo, da maioria ou líder do bloco parlamentar PCdoB, PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falará por 6 minutos o deputado José Raimundo, ex-prefeito, general, comandante lá da cidade de Vitória da Conquista. E, do sertão ao litoral, a deputada Fátima Nunes, por 5 minutos.

O Sr. JOSÉ RAIMUNDO LULA: Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, eu ouvi, com muito prazer e atentamente, algumas falas, nesta tarde, aqui na nossa Assembleia. A fala do nosso companheiro do Partido dos Trabalhadores, a fala do nosso deputado e empresário Adolfo Menezes e outras falas no sentido de que o país passa por uma situação dramática, as falas também, aqui, em relação ao meio ambiente. E realmente precisamos observar o que vem ocorrendo no mundo, no Brasil, evidentemente, na Bahia.

Ora, Sr.^{as} e Srs., a centralidade que neste momento tem chamado atenção do mundo é o descaso de muitos governos, de muitos projetos políticos em relação às desigualdades sociais. Muitos governos subiram, chegaram ao poder se posicionando contra programas sociais, contra um projeto de bem-estar social, na Europa, de mais de 70, 80 anos. Chegaram na América Latina como uma onda, como um tsunami e derrubaram governos democráticos, populares, como se fossem a salvação.

Na Europa, já entrou em crise essa modelagem. Está lá a Inglaterra. A Alemanha ainda sobrevive relativamente bem porque não destruiu completamente o seu arcabouço social. A França vai e vem, centro-direita; um pouco, agora, a esquerda retoma. Na Espanha, crise. A Itália, da mesma forma. A Grécia, Portugal e Espanha... Agora, em Portugal, retomada da esquerda.

E aquilo que parecia a salvação do capital se tornou uma verdadeira assombração. Estamos vendo, crescentemente, que ou nós avançamos para uma modelagem de distribuição de renda, de igualdade de oportunidades, ou o caos voltará a tomar conta do mundo. A fala do nosso deputado Adolfo Menezes, aqui, é muito expressiva, um empresário muito bem-sucedido que defende, urgentemente, a retomada de um modelo que vá no sentido da igualdade.

No final de semana, um jornalista, um historiador lançou um livro na Bahia, Laurentino Gomes. Muitos historiadores, às vezes, olham os trabalhos dele com um certo preconceito, mas a entrevista belíssima que ele deu... Eu tive a oportunidade de ler a resenha do livro... O livro chama-se... O primeiro volume... Devem sair outros volumes, no mínimo outro deverá sair. O livro chama-se *A Escravidão*. Ele coloca com muita propriedade o que já sabíamos, o que Jessé Souza vem debatendo, mostrando: que o drama brasileiro se chama desigualdade, a herança maldita da escravidão, de uma elite que foi incapaz de fazer mudanças históricas neste país, mudanças estruturais.

As frações dessa elite, quando se desgarra da tradição mais conservadora e implementa um projeto como o de Getúlio Vargas, como o de Juscelino, como o de João Goulart, como o do Partido dos Trabalhadores, que, fazendo uma inflexão no seu programa de fundação, caminhou para uma conciliação nacional, para uma reforma agrária, para a valorização dos pequenos produtores, para uma saúde pública, para um ensino universal, ensino superior, com oportunidades, com programas como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, com programas de preservação ambiental... Esse projeto foi derrubado por uma elite que traiu... Milhões e milhões foram destinados para a indústria nacional, para fortalecer o mercado interno, para se criar uma infraestrutura, e, num conluio com a burocracia reacionária, deram o golpe em Dilma, prenderam Lula, porque Lula ganharia as eleições mesmo com aquele esquema montado pela Rede Globo.

Portanto, esses desastres que estamos vendo, hoje, na Bahia... Querem levar a Petrobras, querem acabar com a Petrobras – está aqui o nosso maior defensor da Petrobras, nosso Líder Rosemberg –, e querem deixar o abacaxi aqui, o óleo e os poços maduros abandonados. Não é, querido deputado? O governo Rui vem no sentido, agora, de criar o mecanismo para poder recuperar esse petróleo, criar uma renda interna.

Ou seja, o nosso grande problema é o incêndio na Amazônia, a destruição do meio ambiente. É a tônica do modelo neoliberal a destruição dos patrimônios, dos ativos nacionais, o aumento e o aprofundamento da desigualdade,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que, corretamente foi dito aqui pelo nobre deputado, atinge também as classes médias. No terror, não se salva ninguém. Ou essa elite aprende com a história, ou brevemente... Está se votando, esta semana, a reforma da Previdência, que vai aprofundar as desigualdades, não sobrarão possibilidade de uma social-democracia mais avançada, com a inclusão de milhões de brasileiros...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Sobrará o terror! Aí eu quero ver o que eles vão fazer, porque no terror não há elite corajosa. Na hora, todos fogem, como fugiram na França, em todas as revoluções. Por isso, a lição, aqui, hoje, nesta tarde, foi a lição do deputado Adolfo Menezes, o empresário rico defendendo aqui a social-democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, à deputada Fátima Nunes.

(Pausa)

Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Tiago Correia: Falará, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Alan Sanches, e pelo tempo de 5 minutos... pelo tempo de 11 minutos, o deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Falará por todo o tempo o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, como o tempo do Pequeno Expediente foi diminuto, porque já estava findando, eu queria só concluir o projeto de indicação que apresentei hoje a esta Casa, como disse, indicando ao prefeito ACM Neto que componha um grupo de trabalho justamente para discutir sobre toda a coleta e monitoramento do material que vem chegando às praias do nosso estado, principalmente pelo fato da Prefeitura de Salvador estar realizando um trabalho que vem sendo elogiado por todos os órgãos ambientais.

Salvador é a única cidade do Nordeste onde nenhuma grande mancha de óleo dormiu de um dia para o outro, sendo retirada no mesmo dia em que ela chegou, está fazendo todos os esforços para que as pelotas sejam retiradas, principalmente, quando a maré está baixa, antes que a maré venha subir.

Como falei, a prefeitura disponibilizou 80 homens quando começaram a aparecer as primeiras pelotas. Esses 80 homens foram acrescidos, chegando a 405 homens, que estão hoje à disposição do município, monitorando e fazendo a limpeza dessas praias. Como eu disse agora há pouco, basta lembrar que 80 homens estiveram, num único momento, numa praia da Pituba. E além desses 405 homens, existem mais 200 homens de prontidão, autorizados, caso seja necessário, para formar um efetivo total de 605 homens para limpar as nossas praias.

Lembro que a prefeitura tem feito um trabalho de excelência não só na coleta e na acomodação desse material durante a coleta, mas também em toda a acomodação do óleo retirado das praias, que já são mais de 100 toneladas. Esse material está acondicionado em contêineres de forma segura, que não contamina o solo. Isso não vem acontecendo nos demais municípios, nós vemos óleo jogado em aterros, óleo jogado em areais.

É preciso que a prefeitura consiga transmitir toda a coordenação desse trabalho, como foi que aconteceu, qual o efetivo de homens necessário por quilômetro de praia, para que as prefeituras de municípios menores – inclusive algumas delas decretaram estado de emergência – possam coordenar os seus efetivos, entender de que maneira isso vem sendo feito.

Então sugeri isso ao prefeito ACM Neto, espero que ele acate a sugestão, crie esse grupo de trabalho e convide os prefeitos dos municípios que foram afetados pelo óleo para que, prontamente, possam tomar as medidas cabíveis o quanto antes,

entendendo que muitos desses impactos ambientais são irreversíveis. Em Salvador, nós sabemos que não tem manguezal, mas muitos dos municípios baianos têm manguezal, se o óleo chegar ao mangue realmente será um processo irreversível, talvez tarde demais para que nós consigamos realizar a limpeza dessas áreas afetadas, inclusive sabendo que os mangues são nascedouros de diversas espécies marinhas.

Mas, Sr. Presidente, voltando ao assunto da Defensoria Pública do nosso estado, que hoje tem um orçamento diminuto que não dá as condições necessárias para que a defensoria se faça presente da maneira como deveria ser nos municípios baianos, é importante que esta Casa participe da reunião da Comissão de Orçamento em que o defensor-geral do estado, Dr. Rafson Ximenes, estará presente para entender, de fato, qual o impacto que esse orçamento diminuto traz ao cidadão baiano, qual é o prejuízo que ele traz ao cidadão baiano.

Lembro que recentemente eu apresentei um projeto de indicação sugerindo a instalação da defensoria especializada em direitos da mulher na cidade de Vitória da Conquista, que não tem essa defensoria especializada, cidade essa de grande porte do nosso estado. É a cidade que menos concede medidas protetivas para as mulheres, algo em torno de 13% apenas de medidas protetivas, justamente pela ausência dos defensores, pela ausência do acesso à Justiça que a população de Conquista não consegue ter por conta do, justamente, diminuto orçamento que esse órgão tem. Sabendo que o nosso estado é enorme, em muitas das nossas cidades a defensoria não consegue se fazer presente, que dirá ampliar o número de defensores e o número de defensorias especializadas.

Então é muito importante que esta Casa se debruce sobre esse debate, que analise esse orçamento sabendo que ainda cabe emendas, e nós devemos propô-las não só no caso da defensoria, mas em diversas outras áreas. É muito importante que todos os deputados analisem o orçamento, participem das reuniões da comissão para que possam, de maneira efetiva, propor medidas que visem minimizar pontos estratégicos do governo que não vêm sendo atendidos justamente pela falta de orçamento.

Queria também trazer aqui uma nota técnica, Sr. Presidente, da Faeb sobre a cochoilha-do-carmim, cochoilha essa que termina afetando a nossa palma, que hoje é nossa principal forrageira, principalmente no Semiárido, que vem trazendo condição de produção para os pequenos produtores, principalmente de leite, de caprinos e de ovinos. A cochoilha-do-carmim é uma doença que devastou as plantações de palma de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba, de Alagoas, de vários estados do Nordeste, inclusive já está presente na Bahia.

Nós sabemos que uma das ações do governo do estado para minimizar os efeitos da seca é, justamente, distribuir entre os produtores mudas de palma, mas estamos muito preocupados no que diz respeito à cochoilha-do-carmim. Porque de nada adianta distribuir mudas, principalmente se estiverem contaminadas, e mesmo não estando contaminadas, de nada adianta distribuir mudas de um tipo de vegetação que será contaminada. A cochoilha já está presente em nosso estado, está presente em vários estados vizinhos, e nós não temos uma ação efetiva da agência de defesa

agropecuária do nosso estado (Adab), que deveria estar nas fronteiras, nas divisas do nosso estado, fazendo o que é da sua competência, que é a fiscalização.

Eu já falei aqui da peste suína clássica, nós temos o mormo, que entrou em nosso estado provavelmente por jumentos contrabandeados de outros estados que não foram fiscalizados na nossa fronteira. Então nós temos, hoje, a iminência da peste suína clássica, que está em todos os estados ao norte da Bahia, menos em Pernambuco ainda, e agora a cochonilha-do-carmim, um problema seríssimo que vai afetar principalmente os produtores das regiões semiáridas, os pequenos produtores que produzem leite, que produzem ovinos e que produzem caprinos, porque a palma é a principal forrageira oferecida a esses animais.

Lembrando que a palma, deputado Alex, ela já não é mais plantada só na região do Semiárido. Na região de Itapetinga, por exemplo, a palma vem sendo uma alternativa para a alimentação dos animais. Nós vemos diversos produtores de leite, diversos produtores de corte, já com plantações grandes de palma, ampliando, outros começando e plantando essa forrageira, entendendo que as mudanças climáticas que sofremos no mundo hoje vêm afetando também a Bahia. Toda aquela zona que era de mata, hoje, vem sofrendo muito com a restrição hídrica, muitos rios secando, muitas aguadas secando. Os produtores já passaram a abrir poços onde antes corriam rios perenes, já passaram a adotar medidas que antes só eram adotadas no Semiárido, como, por exemplo, o plantio de palma, como, por exemplo, os silos, também muito utilizados na pecuária leiteira.

Então é de extrema importância que o governo tenha uma visão mais cuidadosa, mais carinhosa, com essa atividade agropecuária tão importante para o nosso estado, que gera tantos empregos, principalmente empregos para pessoas que ainda não têm qualificação, principalmente para pequenos produtores que moram nas zonas rurais, ainda moram, isso os que não se evadiram para as grandes metrópoles, deputado Alex, justamente pela falta de condição de produzir no campo. O governo precisa ter um olhar mais sensível para a agricultura em nosso estado, é preciso fornecer não só palma, é preciso fornecer não só forrageira, é preciso fornecer não só instrumentos agrícolas, mas também é preciso fornecer assistência técnica.

O governo do estado vem falhando de maneira muito grave, principalmente quando acabou com a EBDA, que tinha um corpo técnico de excelência que disseminava conhecimento, principalmente entre os pequenos produtores. E hoje nós vemos, aí, a nossa cadeia produtiva carecendo principalmente de conhecimento técnico.

Nós temos um estado de tamanho territorial enorme, de tamanho territorial que poderia colocar a Bahia como a principal produtora de diversos produtos agrícolas, principalmente pelas condições climáticas. E nós não alcançamos isso justamente pela falta de incentivo, pela falta de olhar, pela falta de cuidado por parte do governo do estado, que vem, ao longo dos anos, destruindo os instrumentos que poderiam contribuir para essa cadeia produtiva, a exemplo da EBDA, a exemplo da ADAB, que vem sendo sucateada, que precisa de concurso, que precisa da valorização dos seus servidores, que precisa de...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) veículos, que precisa de estrutura física decente para que as pessoas possam trabalhar.

O governo vem pecando de maneira muito grave com a agricultura no nosso estado, agricultura essa que é a mola propulsora de um estado rico que poderia ser muito mais rico, que é a nossa querida Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 5 minutos, falará a deputada Maria del Carmen.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a deputada Maria del Carmen.

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN LULA: Sr. Presidente, deputado Alex Lima, nosso vice-presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*, imprensa, taquígrafas, hoje esta tarde foi uma tarde em que a maioria dos deputados subiram à tribuna para falar desse desastre que, infelizmente, aconteceu no nosso país. Nós não sabemos até quando isso vai continuar poluindo as praias do país, mas já sabemos que as praias do Nordeste, as praias mais belas deste país, as praias do nosso estado, começaram a ser comprometidas.

Eu estava ontem lá no Extremo Sul acompanhando o governador Rui Costa, que foi dar a ordem de serviço para a construção, a continuidade, da BA-290, tão importante para o turismo da Bahia, especialmente para o turismo no Extremo Sul, deputado Rosemberg, porque ligará aquelas cidades do norte de Minas, aproximando cada vez mais essas cidades do litoral do Extremo Sul. Já é de costume que aquelas famílias se desloquem, na época do verão, para o veraneio, para passarem o período do verão nas praias do Extremo Sul, e essa BA, esses primeiros 20 e poucos quilômetros que serão realizados, poderá melhorar o acesso, dar mais facilidade. Ela é tão importante que havia três prefeitos de Minas participando da solenidade e aplaudindo o governador Rui Costa pela iniciativa, já que Teixeira de Freitas acaba sendo para essa região o grande atrativo. O comércio de Teixeira de Freitas, a cada momento, a cada dia, cresce mais, então, portanto, aplaudir o governador.

Ficou demonstrada a preocupação daqueles empresários da região, prefeitos e lideranças políticas, a preocupação para que isso não continue, que essa mancha que vai, a cada dia, se ampliando pelo nosso litoral não chegue também às praias do Extremo Sul, o que seria um enorme prejuízo.

Nós ainda não sabemos, e com certeza, pelo menos, os técnicos, os especialistas... O Brasil tem tantos e tantos especialistas nessa área que, infelizmente, não são acionados porque este governo federal não faz o dever de casa. Alguns dos deputados, aqui, disseram, o deputado Marcelino, nosso Líder, sobre os impactos e a importância, a necessidade de estudos mais aprofundados. Eu li diversas matérias, por esses dias, que diziam que nós temos técnicos capazes e competentes o suficiente para encontrar

caminhos. Mas quando a gente percebe e lê também que as principais comissões, os grupos de trabalho que foram criados já no governo da presidenta Dilma para garantir que a gente tivesse um plano de contingência mínimo para enfrentar dificuldades como essas, foram destruídas, como várias outras comissões que tratavam de resolver problemas complexos foram desativadas neste país...

Portanto, é com muita preocupação que nós subimos a esta tribuna para nos associarmos aos demais deputados que aqui vieram para dizerem da sua preocupação e da necessidade de que o governo federal tome providências em relação isso, já que o nosso governador vem tratando desse assunto.

Mas eu também queria, já no finalzinho do tempo que me resta, convidar os Srs. e Sr.^{as} Deputadas, demais servidoras desta Casa e servidores, já que o câncer de mama é um problema que aflige não só as mulheres, aflige todos, seja diretamente, seja pelas consequências que isso pode trazer para as pessoas, para as famílias... Amanhã à tarde, como é tradicional nesta Casa, será realizada mais uma sessão especial do combate ao câncer de mama neste mês que é destinado a debater, discutir e encontrar caminhos.

O Hospital da Mulher... o hospital do estado, o Hospital da Mulher, tem feito um belíssimo trabalho, mas é preciso que mais e mais mulheres se sensibilizem não só para fazer o tratamento com rapidez, mas, sim, para evitar que haja necessidade de fazer tratamentos que trazem tantas tragédias às mulheres nesses momentos críticos.

Portanto, Sr. Presidente, muito obrigada, e convidamos a todos. Amanhã, às 14h30, a sessão se transformará numa sessão especial, e nós esperamos ter nesta Casa este Plenário cheio.

(Não foi revisto pela oradora.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Ordem do Dia.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 23.488/2019, de procedência do Poder Executivo.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Institui o Plano Plurianual Participativo - PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2020/2023.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Pedido de vista do deputado Tiago Correia na última sessão. Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. Alan Sanches: Não, espera aí, espera aí. Sr. Presidente, só para esclarecer. Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Isso já foi superado na sessão passada, agora é no plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Se houve pedido de vista, então o parecer já foi lido, não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Desculpe, perdão, exatamente.

O Sr. Alan Sanches: Não é isso? Então, agora... Mas, foi votado nas comissões?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, olhe bem... Pela ordem.

O Sr. Alan Sanches: Tem que votar nas comissões, não no plenário.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Alan Sanches: Não, não. Eu ainda estou com a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Então, vamos ter uma votação nas comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): No âmbito das comissões primeiro.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Eu já queria deixar V. Ex.^a informado de que eu preciso do quórum. Não estou vendo quantidade de deputados nem para a continuidade da sessão. Então, já gostaria de pedir a verificação do quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ok, o deputado está pedindo verificação de quórum para a continuidade da sessão, pronto. Eu só quero fazer uma pequena correção.

Em substituição à reunião de comissão, foi feito com o deputado Targino... Trouxemos o secretário para fazer a apresentação e com essa apresentação superaríamos a comissão. Com isso, vamos direto para o plenário, que precisa ter 32 votos. O deputado Alan está correto, ele está pedindo continuidade da sessão, vamos fazer quórum para dar continuidade à sessão primeiro e depois a vamos para a votação.

Ou seja, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que se fizessem presentes para, inicialmente, atender o quórum de continuidade da sessão e depois irmos para a votação. Por isso, presidente, queria que V. Ex.^a marcasse o tempo regimental...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Eu vou deferir as questões de ordem do deputado Alan e do deputado Rosemberg. Mas, deputado Rosemberg, mesmo com o acordo de liderança é necessário que a comissão delibere sobre o parecer do relator. O acordo pode ser para não pedir quórum no âmbito das comissões, mas precisa ser deliberado.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: V. Ex.^a tem razão. O que foi dispensado foi que se fizesse sessão conjunta de comissões e... Mas tem que ter, porque senão isso aqui vira o quê?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): O que o acordo pode permitir é não pedir a verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Não, não concordo.

O Sr. Alan Sanches: Olhe bem, Sr. Presidente, na hora que o relator faz a leitura do parecer, se você não quer que seja votado ou se você não concorda com o parecer, por qualquer coisa, você, imediatamente, vai pedir vista. Pronto. Esse parecer não foi apreciado, entendeu? Nem de forma simbólica, nem de forma alguma. O parecer do PPA não foi apreciado, então ele precisa ser apreciado nesta Casa no âmbito das comissões...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a tem razão.

O Sr. Alan Sanches: (...) e eu, desde o início, estou perguntando ao Líder Rosemberg se ele tinha quórum, porque eu queria até adiantar, já que ia votar. Se tem não precisa nem a gente ficar nessa discussão, mas tem que votar.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ok, tem...

O Sr. Alan Sanches: Só um minuto. Calma, deputado Rosemberg, deixe eu terminar, calma. Então, precisa que seja votado com o quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, eu só queria que V. Ex.^a fizesse a verificação de quórum para a continuidade da sessão e logo depois vamos para a votação no âmbito das comissões.

O Sr. Alan Sanches: Estou retirando a solicitação de verificação de quórum.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: E eu estou mantendo a verificação de quórum.

O Sr. Alan Sanches: Não, não. Eu tirei, então se ele quiser...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas eu estou pedindo.

O Sr. Alan Sanches: (...) ele tem que pedir...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu estou pedindo.

O Sr. Alan Sanches: (...) então ele vai pedir uma questão de ordem? E agora, qual é a questão de ordem dele?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: A questão de ordem é que V. Ex.^a marque o tempo de 15 minutos para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): V. Ex.^a será atendido.

Peço que zere o painel, faça constar o tempo regimental ao pedido de verificação de quórum do deputado Rosemberg Pinto para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Neste momento, eu queria chamar todos os deputados e deputadas. Que possam se fazer presentes para logo depois iniciarmos o processo de votação.

Queria chamar todos os deputados que estão na Casa, no cafezinho, os deputados que estão fazendo seus atendimentos, para que a gente possa garantir o quórum de continuidade da sessão. Logo após vamos para a votação do PPA.

Por isso queria pedir ao deputado Adolfo Menezes, ao deputado Alan Castro, ao deputado Alan Sanches, deputado Antonio Henrique, deputado Bobô, deputado Capitão Alden, deputado Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar.

Queria pedir ao deputado Eduardo Salles, deputado Zé Cocá, deputado Euclides Fernandes. A deputada Fabíola Mansur hoje é a aniversariante, então nós vamos liberá-la desse momento singular aqui na Casa. Peço ao deputado Fabrício Falcão, deputada Fátima Nunes, a mulher do litoral ao sertão, deputado Hilton Coelho, deputada Ivana Bastos, deputado Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, deputada Jusmari, deputada Kátia Oliveira, deputado Laerte do Vando, deputado Luciano Simões, que está no cafezinho, deputado Marcell Moraes, que ainda está em comemoração, mas certamente estará aqui daqui a pouco.

Deputado Marcelo Veiga, deputado Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, nosso querido presidente, deputado Vitor Bonfim, que já está na Casa. Deputado Zé Raimundo, deputado Zó, deputado Tom Araújo, deputado Tiago Correia, deputada Talita, deputado Sandro Régis, deputado Samuel Junior, deputado Rogério Andrade Filho, deputado Robinho. O deputado cantor, Roberto Carlos, deputado Pedro Tavares, deputado Paulo Câmara, estamos sentindo saudade dele. Pastor Tom, com as suas orientações, oh, glória!

Deputado Pastor Isidório Filho, deputado Osni Cardoso, deputada Olívia Santana, que está aí – desejamos muito boa sorte à sua mãe que está com um probleminha de saúde, mas vai ficar boa, sem dúvida alguma –, deputada Neusa Cadore.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Sr. Presidente, eu queria esclarecer.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Me permita, Sr. Presidente. Eu queria esclarecer à sociedade baiana acerca do acontecido em Lauro de Freitas com a guarda municipal.

Eu queria me solidarizar com a prefeita Moema e esclarecer os fatos, deputado Rosemberg. Porque é o seguinte: teve aquele bafafá dos policiais e tal, e a prefeita Moema, como é a prefeita, a chefe daquele município, a liderança maior, solicitou da direção da guarda municipal que eles fossem para as ruas para dar guarnição aos prédios públicos, aos prédios municipais. E a guarda municipal se negou a cumprir uma determinação da prefeita.

Vocês imaginem a Bahia, se o governador Rui Costa fizer um encaminhamento para a Polícia Militar ou para a Polícia Civil, e a Polícia Militar ou Civil se negar a cumprir essa ordem...

O Sr. Zó: Pela ordem, Excelência.

O Sr. Jacó Lula da Silva: (...) Então, isso é desobediência, isso não é possível, e foi exatamente o que aconteceu. Eu queria pedir à Guarda Municipal de Lauro de Freitas que tenha bom senso. Não vamos politizar esse caso, essa questão do armamento da guarda municipal é um debate em todo o Brasil. Não é tão fácil decidir

sobre a guarda municipal usar armas. É um debate longo e a gente não pode querer politizar esse tipo de ação porque mexer com segurança pública é mexer com a vida das pessoas.

E a prefeita Moema está cuidando muito bem do povo de Lauro de Freitas. Ela tem toda preocupação e, por isso, queria declarar, aliás, declarar não, queria prestar todo meu apoio a Moema e ao povo de Lauro de Freitas. E quero pedir à guarda municipal que cumpra o seu papel e evite politizar esse tipo de assunto porque fica muito difícil querer fazer a defesa nesses termos.

Estamos aqui para dar todo apoio, mas desde que as causas sejam justas e que preservem a segurança da população. Por isso, a prefeita Moema está corretíssima de tomar as medidas necessárias para que o descumprimento de ordens não aconteça outras vezes.

A prefeita está correta de abrir o processo administrativo, de apurar as responsabilidades, porque são servidores municipais que têm lealdade ao município, têm suas obrigações e não podem, por questões políticas, querer desobedecer a ordem da prefeita. Era isso e eu agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Questão de ordem do deputado Zó.

O Sr. Zó: Presidente, só queria, em nome da Bancada do PCdoB, registrar o aniversário do deputado Fabrício, que é hoje. Ele não está no plenário, mas eu queria...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Já foi registrado pelo presidente Nelson Leal mais cedo, mas registro novamente com muito prazer.

O Sr. Zó: (...) fazer esse registro, novamente. Deixar o nosso abraço do partido, nosso agradecimento pela contribuição histórica que o deputado faz há muito tempo, nas fileiras, como militante do nosso partido.

Queria deixar esse registro e desejar muitos anos de vida ao deputado Fabrício.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, formulado pelo deputado Rosemberg Pinto.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão, formulado pelo deputado Rosemberg Pinto, Líder do Governo.

Restabelecido o quórum.

Em discussão o parecer das Comissões de Constituição e Justiça...

O Sr. Alan Sanches: Se o senhor for botar...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vou me inscrever para discutir.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Em discussão o parecer do deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Para discutir, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Srs. Deputados, esse Plano Plurianual, que foi apresentado nesta Casa de forma inusitada pelo secretário de Planejamento,

Walter Pinheiro, tem o papel de orientar o nosso governo nas principais ações do estado da Bahia. Na realidade, isso é uma demonstração do papel da Assembleia Legislativa de fortalecer e orientar o Executivo naquilo que é importante para o desenvolvimento da sociedade baiana.

Então, queria dizer que é fundamental que o PPA tenha a aprovação desta Casa neste dia de hoje, para que possamos dar condições para que o Executivo possa, de fato, aplicar um novo modelo de gestão para a sociedade baiana.

Quero dizer que se encontram nesse plano as ações que garantem a preservação do meio ambiente, coisa que o governo federal também tem no seu Plano Nacional, mas que lamentavelmente não cumpre isso, desrespeitando aquilo que os parlamentares votaram no Plano Nacional. Assim como não cumpriu e não está tomando nenhuma medida que possa garantir a preservação ambiental nesse episódio que está acometendo todas as praias do nosso Nordeste.

Por isso, presidente, quero fazer a defesa de que nós tenhamos nesse plenário o comprometimento com esse plano que será, sem dúvida alguma, o órgão diretor que facilitará, inclusive, o Orçamento, que é aquilo que vamos votar antes do final do ano e que vai garantir a implementação desse plano de governo homologado por esta Casa.

Por isso, quero aproveitar ainda para dizer a todos os deputados que estejam nos seus gabinetes, todos os deputados que estejam no cafezinho, que venham participar desse debate e de uma votação extremamente importante para consolidar as políticas de interesse da sociedade baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Pelo horário regimental, encerro a presente sessão, ao tempo que é convocado um requerimento aprovado pelos Srs. Deputados para avaliação de uma sessão extraordinária para apreciação dos seguintes projetos de lei: Projeto de Lei nº 23.488/2019...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): (...) de autoria do Poder Executivo, que institui o Plano Plurianual, PPA, do Estado da Bahia para o quadriênio 2020/2023. E o Projeto de Lei nº 23.489/2019, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 7.990 de 27 de dezembro de 2001 e dá outras providências.

Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Só um esclarecimento. Parece-me que o deputado Rosenberg, como Líder do Governo, não é membro de comissão... O senhor é membro de qual comissão?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Qualquer deputado pode discutir o parecer da comissão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.